

1. INTRODUÇÃO

1.1 O comportamento anti-social e delinquente: aspectos compreensivos

O comportamento anti-social é definido como um “padrão estável de desrespeito pelos direitos dos outros ou de violações das normas sociais de uma determinada comunidade” (*cit. in* Fonseca, 2000, p. 9), podendo englobar diversos actos que podem ocorrer em simultâneo, tais como, a agressividade, o roubo, o vandalismo, a vadiagem e a fuga. Kernberg (1995) defende que o comportamento anti-social “deve ser predominantemente definido em termos do seu significado psicológico e não tanto pelos seus aspectos comportamentais ou legais” (*cit. in* Benavente, 2002, p. 641).

Segundo a DSM-IV-R, a delinquência pode estar na origem do transtorno da personalidade anti-social, que apresenta como critérios de diagnóstico o fracasso em conformar-se com as normas sociais em relação a comportamentos legais, a execução repetida de actos que constituem motivo de detenção; a propensão para enganar; a impulsividade ou o fracasso em fazer planos para o futuro; a irritabilidade e a agressividade, repetidas lutas corporais ou agressões físicas; o desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia; a irresponsabilidade consistente e a ausência de remorso. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade e existem evidências de perturbação da conduta, com início antes dos 15 anos (*cit. DSM- IV-R*, 2002).

De acordo com Negreiros (2001), “múltiplas designações têm sido propostas para definir os comportamentos anti-sociais. Conceitos como o de crime, delinquência, ou distúrbio do comportamento, incluem-se entre as designações mais utilizadas”. No entanto, a terminologia «comportamento anti-social» é a “mais abrangente, referindo-se a uma vasta gama de actividades (...) que traduzem, de um modo geral, uma violação de normas ou de expectativas socialmente estabelecidas” (*Idem*, p. 12), não requerendo uma violação directa à lei criminal (como por exemplo, fumar ou desobedecer aos pais), tal como o conceito de delinquência o exige (*cit. Fonseca*, 2000).

O comportamento anti-social apresenta alguns padrões constantes, tais como, a ocorrência na adolescência e o envolvimento maioritário dos jovens do sexo masculino. Relativamente ao género, os comportamentos anti-sociais são mais frequentes no sexo masculino, contudo, a criminalidade das mulheres é, maioritariamente, de início tardio e não de início precoce (como nos comportamentos masculinos) havendo no entanto, uma

certa distinção entre os comportamentos praticados pelo sexo masculino e pelo sexo feminino. Neste sentido, os comportamentos anti-sociais do sexo feminino englobam espalhar boatos, rejeitar e hostilizar os outros, furtar, prática de crimes de infanticídio, homicídio de familiares e crimes de natureza sexual (*Ibidem*).

No que diz respeito à idade, os comportamentos anti-sociais tendem a ser praticados, tanto por rapazes, como por raparigas, até ao final da adolescência e na maioria dos casos, cessam havendo, no entanto, jovens que seguem para uma carreira delinquente. Comportamentos anti-sociais, como por exemplo, o vandalismo, ocorrem geralmente durante a adolescência, enquanto comportamentos mais graves, como o crime violento e a fraude, tendem a aumentar na idade adulta (*Ibidem*).

Existem diversas teorias psicológicas explicativas do comportamento anti-social que constataam esse aspecto. Iremos focar-nos na teoria de Moffitt (1993, 2000, *in* Fonseca, 2000) que defende a existência de dois tipos de comportamento anti-social. O primeiro tipo, o comportamento anti-social persistente ao longo da vida, tem origem na infância e é caracterizado por uma grande estabilidade, tendo uma componente genética e afectando um número reduzido de sujeitos. Apresenta-se como uma forma de psicopatologia, sendo que os actantes são responsáveis (ainda que num número reduzido) pela maioria dos crimes graves. Os indivíduos deste grupo são provenientes de contextos familiares adversos, apresentando desde cedo características temperamentais problemáticas (por exemplo, irrequietude, falta de atenção, negativismo e défices cognitivos, motores e linguísticos) e mais tarde apresentam dificuldades de leitura, agressividade, impulsividade e dificuldade nas relações sociais. Este tipo de comportamento tem início na infância e tende a persistir até à idade adulta (*cit. Verhulst, 2004*). De acordo com Moffitt & Caspi (2000, p. 66), o comportamento anti-social ao longo da vida está relacionado com “estilos parentais inadequados e com problemas de controlo de si próprio”, tendo a sua origem na infância, quando “o comportamento difícil da criança de grande risco é agravado por um meio social igualmente de alto risco” (quebra de laços familiares e pobreza), sendo que esse risco tem a sua origem em “ variações neuropsicológicas herdadas ou adquiridas, que inicialmente começam a manifestar-se por défices cognitivos subtis, dificuldades temperamentais ou hiperactividade”.

O segundo tipo, o comportamento anti-social limitado à adolescência, surge ao longo da puberdade, quando o jovem se vê confrontado com as mudanças que lhe são inerentes, onde o seu papel social ainda está em fase de construção. Este tipo de

comportamento “é observado na maior parte dos adolescentes, podendo por isso considerar-se um fenómeno normativo” (*cit. in* Fonseca, 2000, p. 22), sendo que, “uma vez na vida adulta, a maioria dos indivíduos deixará de se envolver nessas actividades”, sendo esta probabilidade tanto maior, quanto mais saudável tiver sido o seu desenvolvimento anterior (Moffitt, 1993, *in* Fonseca, 2000, p. 28). Na origem deste tipo de comportamento encontram-se “factores psicossociais, como o desfasamento entre a maturidade biológica e a falta de um estatuto social adequado, bem como a imitação dos colegas delinquentes” (*cit. in* Fonseca, 2000, p. 22). Este último aspecto, relativo à influência do grupo de pares, é relevante, uma vez que na adolescência é consensual a sua importância e papel preponderante. O jovem, numa tentativa de mostrar a sua autonomia, tende a desenvolver os mesmos comportamentos que os jovens com comportamento anti-social precoce, também numa tentativa de, por eles, ser aceite (*cit. Moffitt & Caspi, 2000*).

Moffitt e Caspi defendem que o comportamento anti-social ao longo da vida, encontra-se relacionado com “fracos laços parentais, abandono escolar precoce, traços psicopáticos da personalidade relacionados com a alienação, a impulsividade e a insensibilidade e a condenações por crimes violentos”. Contrariamente, o comportamento anti-social limitado à adolescência, associa-se à propensão para “aceitar valores não convencionais, a traços de personalidade não violentos, sendo o seu preditor mais fidedigno o convívio com pares delinquentes” (*cit. in* Moffitt, 2000, p. 69).

Existem vários problemas associados ao comportamento anti-social, nomeadamente, a hiperactividade, problemas emocionais, como por exemplo a depressão, a ansiedade, a timidez, o isolamento, as dificuldades de aprendizagem e os relacionamentos problemáticos com os colegas (Rutter *et al.*, 1998; Russo & Beidel, 1994; Kerr *et al.*, 1987, *in* Fonseca, 2000).

De acordo com Rutter (Rutter *et al.*, 1998, *cit. in* Fonseca, 2000, p. 31), pode ser identificada uma trajectória desenvolvimental relativamente ao comportamento anti-social, que é caracterizada primeiro na infância pela “irrequietude e impulsividade, por distúrbios de oposição ou por dificuldades de aprendizagem; na adolescência, distinguem-se pelo insucesso escolar, consumo de drogas, problemas emocionais, ou consumo de álcool e, na vida adulta, são sobretudo conhecidos por problemas de adaptação ao trabalho, dificuldades de relacionamento com os membros da família e com os colegas, alcoolismo e até violência”. Podemos assim pressupor que quanto mais precoce for o início dos problemas, maiores as consequências na trajectória do

desenvolvimento e, neste sentido, pior será o prognóstico. Em termos de evolução, quanto maior for a diversidade do tipo de problemas observados, maior será a probabilidade de uma delinquência grave e persistente que se instala com o elemento com significado no quadro relacional do sujeito (Loeber & Hay 1994, *in* Verhulst, 2004).

Relativamente ao comportamento delinquente, este é frequentemente considerado um conceito semelhante e, por vezes, confundido com o de comportamento anti-social. O conceito de delinquência juvenil é então bastante abrangente, envolvendo diversas tipologias, percursos/carreiras, abordagens explicativas, bem como de diversos factores contextuais.

O termo delinquência juvenil é utilizado frequentemente no contexto jurídico, no sentido de “designar actos cometidos por um indivíduo abaixo da idade de responsabilidade criminal que são considerados ilegais. No caso do adulto, o comportamento anti-social é, também, muitas vezes utilizado como sinónimo de crime” (*cit. in* Fonseca, 2000, p.11).

Em termos da legislação portuguesa, são considerados delinquentes, os jovens que cometeram factos qualificados como crime, mas que pela sua idade (menores de 16 anos), são inimputáveis, estando, por isso, sujeitos a medidas tutelares educativas e não a medidas criminais (*cit. Lei Tutelar Educativa 166/99, de 14 de Setembro*).

A delinquência juvenil refere-se a um conjunto de comportamentos considerados como infracções pela sociedade e pelas leis vigentes de cada nação, no sentido em que as normas sociais foram violadas. Os comportamentos delituosos são, neste caso específico, cometidos por jovens e a intervenção judiciária varia consoante o país. Contudo, de acordo com Rodrigues (1997, *in* Carvalho, 2003), o comportamento dos jovens delinquentes não deve ser percebido somente como uma questão jurídica, mas também como um problema multidimensional, social, que implica um trabalho conjunto de todos os intervenientes. Ou seja, o conceito de delinquência abrange a perspectiva jurídico-legal, que pressupõe princípios repressivos e punitivos, tendo em conta o comportamento delituoso, a perspectiva psicológica e sociológica que tem como base princípios preventivos, no sentido em que o delito é visto como uma transgressão ou como um comportamento desviante. A delinquência refere-se então a comportamentos desviantes e/ou anti-sociais que vão contra à norma estabelecida pela sociedade em que os mesmos são praticados.

Neste sentido, há que ter em consideração que “nem todo o comportamento delituoso é um acto desviante e nem todo o comportamento desviante é um acto delituoso” (*cit. in* Grilo, 2003, p. 25), o que nos leva a afirmar que é necessário ter um especial cuidado quando nos referimos a esta problemática relativamente aos jovens delinquentes, uma vez que, muitas das vezes eles apresentam pequenos conjuntos de comportamentos desviantes que não têm necessariamente de ser conotados como delituosos¹.

Um aspecto bastante importante na compreensão do fenómeno da delinquência juvenil, refere-se ao processo de vinculação. A criança que não desenvolveu laços afectivos, mais tarde, enquanto jovem, desenvolve mais facilmente modelos perturbados de vinculação, reflectindo nas suas relações futuras o medo e a insegurança, bem como “o conflito de aproximação-evitamento” (*cit. in* Figueiredo, 1996, p. 201) experienciado na sua relação com os pais. Os comportamentos delinquentes, podem assim entender-se como algo que o jovem sente que lhe falta (substituto do objecto perdido), sem muitas vezes perceber a origem real da perda.

Neste sentido, as teorias de vinculação defendem que a privação do vínculo materno na primeira infância tem sérias consequências no desenvolvimento e nas relações sociais do jovem (*cit. Grilo, 2003*), sendo fundamental para um bom desenvolvimento psicológico da criança, o estabelecimento de uma vinculação segura (Fairbairn, 1952; Ainsworth, 1956; Winnicott, 1956; Bowlby, 1976; Balint, 1977, *in* Matos, 1996). Neste sentido, entre os 7 e os 9 anos podem ocorrer sinais de delinquência juvenil, através de pequenos delitos e a fuga à escola, sendo estes comportamentos entendidos como uma “procura imediata do prazer” (*cit. in* Matos, 1996, p. 24), que conduzem o jovem a procurar no grupo de pares interesses em comum, de modo a se identificarem com ele. Deste modo, “na história do delinquente, por norma, faltou a continuidade relacional e falhou a mãe na sua função contentora” (*Idem*).

O processo de vinculação vai influenciar o funcionamento familiar, no sentido em que ao longo do ciclo vital, os elementos da família percorrem diversas fases

¹ A categorização da delinquência continua a ser uma preocupação dos criminologistas e dos investigadores sociais, uma vez que o conceito de delinquência juvenil, é alvo de alguma “imprecisão” (*cit. in* Lopes, 1995, p. 14; Negreiros, 2001, p. 14). Deve-se, contudo ter em consideração que a sua existência é “um facto universal que terá de ser abordado em função das condições sociais da vida em sociedade” (Durkheim, 1998, *cit. in* Carvalho, 2003, p. 28).

desenvolvimentais, caracterizadas por momentos de crise, adaptação, flexibilidade, risco e mudança (*cit. Andolfi, 2002*) e quanto mais segura tiver sido a vinculação, melhor preparados estarão os elementos do sistema para as vicissitudes do desenvolvimento e seus movimentos de abertura e fecho intra e inter sistémicos.

Em suma, o comportamento delinquente envolve um carácter jurídico, no sentido em que o jovem transgride a lei em vigor, ao passo que no comportamento anti-social o jovem transgride as normas sociais, que não são, no entanto, constituídas como uma transgressão delituosa, podendo, contudo, favorecer o percurso do jovem, no desenvolvimento do comportamento delinquente.

Formiga (2003) defende que os comportamentos anti-sociais e delinquentes não estão directamente relacionados com a pertença a uma classe sócio-económico baixa, uma vez que se destacam actualmente comportamentos deste tipo nas classes sócio-económicas elevadas. Uma das razões para este factor envolve as mudanças culturais e sociais, que proliferam muitas vezes em *prol* dos interesses individuais dos jovens. De acordo com o mesmo autor, as condutas anti-sociais correspondem à violação das normas e as condutas delinquentes a comportamentos que podem caracterizar condutas que infringem a lei. Os dois tipos de comportamento “interferem nos direitos e deveres das pessoas, ameaçando o seu bem-estar” (*Idem*, p. 7).

Os comportamentos anti-sociais e/ou delinquentes devem ser percepcionados de uma forma complexa, assumindo-se o seu carácter multideterminado no qual vários factores, de risco e protectores, assumem um papel fundamental.

De acordo com Martins (*cit. in* 2005, p. 130), o conceito de risco implica para o jovem “o aumento da probabilidade de riscos para a saúde e vida e também a probabilidade de comprometer o seu desenvolvimento futuro”, podendo ser enunciadas as seguintes condutas de risco: “relações sexuais precoces sem protecção, gravidez precoce, insucesso escolar, absentismo escolar, abandono escolar e vadiagem, envolvimento frequente em condutas de *bullying* na escola, abuso do álcool e do tabaco, consumo de drogas ilegais e problemas com o sistema jurídico-legal”.

Pretendendo analisar os factores protectores, parece-nos fundamental mencionar o conceito de resiliência, no sentido em que esta diz respeito às capacidades do sujeito para um funcionamento adaptativo, quando confrontado com situações de risco/adversas (internas ou externas), bem como a capacidade de recuperar de uma situação problemática. De acordo com Soares (2000, p.28) “o grau de resiliência de um

indivíduo é considerado em função de factores e processos protectores, internos e externos”, sendo que as crises e os momentos *stressantes* têm um impacto em todo o sistema familiar, podendo munir as famílias de recursos mais fortes, de modo a satisfazer os desafios futuros (*cit.* Walsh, 2003).

Alguns desses recursos (individuais, familiares e sociais) dizem respeito a um “bom nível de actividade e sociabilidade; competências significativas para explorar o ambiente e para organizar uma situação de modo a ajustá-la às suas necessidades; elevada tolerância à frustração; capacidade de recuperação face a situações negativas ou adversas; sentido crescente de autonomia; (...) capacidade de pedir ajuda; (...) existência de pelo menos um adulto percebido como figura significativa; (...) envolvimento na comunidade; (...) realismo nos projectos para a vida escolar e profissional; regularidade e responsabilidade no desempenho de tarefas; (...) e práticas educativas parentais que reflectam competência e promovam auto-estima e confiança.” (Werner & Smith, 1977, 1982, 1992, *cit. in* Soares, 2000, p.32).

Conclui-se que o comportamento anti-social é multifactorial, não podendo ser reduzido a uma só perspectiva, devendo ser equacionado de forma complexa.

Apresentamos de seguida uma tabela resumo dos factores envolvidos, de acordo com diferentes autores.

Tabela 1: Factores de risco e factores protectores no desenvolvimento do comportamento anti-social e delinquente

<i>AUTORES</i>	<i>FACTORES DE RISCO²</i>
Gibbs (1991); Jessor (1992); Crick & Dodge, (1994); Lopes (1995); Matos (1996); Dodge, Petti & Bates (1997); Andreou (2000); Patterson (1982, 1992, <i>cit.</i> Fonseca, 2000); Fonseca (2000); Farrington (2001); Le Blanc (<i>cit.</i> Baptista, 2001); Era-Grant, McConville, Kenned, Vaughan & Steiner, 1999, <i>cit.</i> Benavente, 2002); Kury & Woessner (<i>cit.</i> Fonseca, 2002); Xie, Swift, Cairns e Cains (2002); Merton (<i>cit.</i> Grilo, 2003); Fonseca, <i>et al.</i> (2004); Pellegrini, Bartini e Brooks, 1999, <i>cit.</i> Martins, 2005).	Factores Sociais: Constrangimentos sociais; exposição às influências e às oportunidades desviantes e delinquentiais; pobreza extrema; desigualdade de oportunidades relacionadas com a etnia; convívio com amigos/colegas desviantes; rejeição dos pares; violência no bairro; envolvimento no tráfico de drogas e desvantagens sociais e económicas. Factores Familiares: Famílias numerosas; mães adolescentes; histórias de alcoolismo e toxicodependência, por parte dos pais; conflitos entre pais e filhos; história familiar de maus-tratos; abuso e negligência; fracos vínculos afectivos familiares; violência familiar; destabilização da estrutura familiar; ausência e/ou desvalorização do elemento paterno na família. Factores Individuais: Percepção de fracas oportunidades de vida; baixa auto-estima; consumo de álcool; fraco desempenho escolar; auto-conceito desfavorável; apetência pelo comportamento desviante; personalidade com traços de manipulação; dificuldades de concentração e atenção; baixa disposição para reagir com empatia ao sofrimento e necessidades dos outros; distorções cognitivas e crenças na eficácia da violência, enquanto forma legítima de resolver problemas³; posse de arma; perdas afectivas ou abandono real; falta de modelos de identificação; problemas relacionais; sucessivas mudanças de residência; vivências de medo e o isolamento; níveis elevados de <i>stress</i>.

² De acordo com Alarcão (2002, p.345), os factores de risco “aumentam a possibilidade do sujeito desenvolver um problema emocional ou comportamental”.

³ Na fase de entrada na escola, é considerado natural que a criança apresente, em certa medida, um nível relativo de violência no sentido em que terá de se relacionar com novos elementos da mesma idade, e sentirá necessidade de se afirmar. O mesmo processo ocorre de forma considerada saudável relativamente à fratria. Teoricamente, por volta dos 6 anos, a tendência para a violência deve começar a diminuir acabando por extinguir-se por volta dos 16 anos (*cit.* Fonseca, 2004).

Tabela 1: Factores de risco e factores protectores no desenvolvimento do comportamento anti-social e delinquente (continuação)

<i>AUTORES</i>	<i>FACTORES DE RISCO</i>
Pontius (2002, <i>cit.</i> Born, 2005).	Factores Biológicos⁴: Ruptura no equilíbrio entre o sistema do córtex pré-frontal (relacionado com a socialização) e o sistema límbico, (relacionado com a regulação das funções primárias); patologias neurológicas, perturbações de neurotransmissores, concentração elevada de testosterona, desregulação na produção de monoamino-oxidase.
<i>AUTORES</i>	<i>FACTORES PROTECTORES</i>
Alarcão (2002, p. 345); Losel & Bender (2003, <i>cit.</i> Fonseca, 2004); Gross Capuzzi (2000, <i>cit.</i> Fonseca, 2004, p. 20).	Factores Sociais: Apoio social dos adultos, amigos e futuros companheiros não delinquentes; relações sociais com grupos de colegas não delinquentes; vizinhança socialmente integrada e não carenciada ou desfavorecida. Factores Familiares: Existência de um vínculo materno (ou a uma pessoa de referência), supervisão e consistência no desenvolvimento da criança; existência de pais ou outros adultos que funcionem como modelos de resiliência. A existência de “afecto, de suporte emocional, de limites claros, a coesão, a flexibilidade, a comunicação aberta, a competência de resolução de problemas e os sistemas de crenças positivas” (<i>cit. in</i> Alarcão, 2002, p. 345). Factores Individuais: Boa auto-estima; encarar a vida de maneira positiva; temperamento dócil ou fácil; capacidade de antecipar as consequências dos seus próprios actos; a facilidade de relacionamento com os outros; grande flexibilidade ou capacidade de se adaptar às diferentes situações; temperamento inibido; inteligência acima da média; capacidade de planeamento mental e sentido realista; bom aproveitamento escolar e compromisso com os valores e normas da escola; experiências de auto-eficácia em actividades não delinquentes; crenças e processamento de informação de carácter não agressivo.

⁴ Vários estudos (Ensenrinck, 2000; George *et al.*, 2001; Tuhonen *et al.*, 2001; Holmes *et al.*, 2002; Moffitt *et al.* 2002; Born, 2005) foram realizados neste âmbito, contudo, não foi possível chegar a uma conclusão homogénea, pois nenhum conseguiu comprovar efectivamente a existência de uma relação directa entre as componentes biológicas de um jovem e o desenvolvimento do seu comportamento delinquente. A imaturidade do sistema frontal, que pode ser visível na impulsividade das crianças com menos de três anos de idade, e observável através de testes neuropsicológicos, é acompanhada de uma dificuldade “de reprogramação das acções compreendidas” (*cit. in* Born, 2005, p. 115).

Concluimos que os factores consensuais nos diversos autores, dizem respeito essencialmente à existência de aspectos sociais adversos, de conflitos familiares, de falta de competências parentais e de problemas relacionais, como factores de risco, e à importância da motivação pessoal, apoio social, relações saudáveis, bem como de suporte emocional, no que concerne aos factores protectores.

Podemos assim, concluir que as trajetórias adaptativas ou inadaptativas no desenvolvimento, se associam à influência e interacção de múltiplos factores de natureza macro e micro sistémica e que mediante o seu carácter, têm um impacto particular no desenvolvimento de condutas anti-sociais e/ou delinquentes ou resilientes.

1.2 Funcionamento familiar e comportamento anti-social e delincente

As tentativas para definirem as características do funcionamento familiar das situações de delinquência juvenil, têm evidenciado a existência de alguns aspectos, como já referimos no ponto anterior, que parecem constituir-se como elementos fragilizadores da adaptação e do desenvolvimento da família e do jovem, podendo ser amplificadores do comportamento anti-social/delincente.

Os aspectos mais frequentemente apontados pela bibliografia referem-se a características estruturais, comunicacionais e de adaptabilidade (singulares), que são geralmente associados às famílias onde existem problemas desta natureza.

Estruturalmente, as famílias com jovens com comportamentos anti-sociais e delinquentes são tendencialmente caracterizadas por uma abertura excessiva ao exterior - orientação centrífuga. Apresentam-se como famílias desmembradas, nas quais os limites entre os subsistemas e elementos na família são rígidos, internamente, e difusos com o exterior (*cit.* Minuchin, 1974), onde as funções de protecção são diminuídas, os papéis parentais instáveis (mas aparentemente rígidos), podendo ocorrer ainda o *cut-off* emocional e a expulsão precoce dos seus elementos para a vida social (*cit.* Alarcão, 2002).

Segundo Bénoit (1997), o afastamento relacional vivido tem implicações no não cumprimento das tarefas básicas da família de forma adequada – função interna e externa – potenciando uma saída precoce e inconsistente dos elementos do sistema familiar para o exterior. Esta saída “forçada” revela as dificuldades emocionais e relacionais internas, bem como o desejo de filiação, identificação e pertença, não alcançado na família e, neste caso, conseguido através do grupo de pares e da cultura delincente.

As funções parentais são caracterizadas por uma “insuficiência dos papéis parentais e dificuldades identificatórias, delegação da parentalidade, fraca delimitação dos subsistemas, coligações e parentificações, inconsistência das regras organizativas do dia-a-dia e caoticidade geral das transacções, carências afectivas e atmosfera marcadamente abandonica, dificuldades de mentalização e agressividade agida e triangulada com o exterior” (*cit. in* Alarcão, 2002, p.284).

De acordo com a mesma autora, nestas famílias, o subsistema parental é normalmente desqualificado no seu papel parental (nomeadamente o pai, sendo este, na maioria dos casos, o elemento ausente). O tempo familiar é caracterizado pela instabilidade, por constantes mudanças, pelo caos organizativo, regras inconstantes, pouco claras, versáteis e facilmente alteráveis, podendo ainda, em alguns momentos serem impostas com rigor, mas imediatamente esquecidas ou alteradas (*cit. Ausloos, 1996; Alarcão, 2002*).

O estilo comunicacional que se associa ao funcionamento destes sistemas é também ele complexo e caracterizado por dificuldades, quer de natureza intra, quer extra familiar.

Do ponto de vista comunicacional, a metacomunicação⁵ não parece ser possível no sistema familiar e desse modo “os comportamentos agidos tomam o lugar da palavra” (*cit. in* Alarcão, 2002, p. 283).

O *doublebind* é uma “sequência de mensagens de tipos lógicos diferentes com comentário crítico de um sobre o outro” e pressupõe a existência de duas ou mais pessoas (Bateson, 1977, *cit. in* Lopes, 1995, p. 61). Em termos comunicacionais, nestas famílias está presente uma comunicação que é estabelecida através de um *doublebind de cisão* (*cit. Lopes, 1995, Alarcão, 2002*). No *doublebind de cisão* o jovem delinquente “está no meio de mensagens bipolares e opostas que são provenientes das figuras parentais em simultâneo, o que consequentemente conduz à formação de conflitos e desordens. Os dois emissores” (habitualmente o pai e a mãe) colocam o jovem numa “posição difícil e involuntária, uma vez que ele fica dividido entre duas alternativas” (*cit. in* Lopes, 1995, p. 62). De acordo com Born (2005), a criança está sempre em falta, em consequência do paradoxo, nunca conseguindo responder satisfatoriamente a nenhuma das mensagens. Neste sentido, “a criança corre o risco de banalizar as faltas e de construir uma identidade transgressora: não é grave transgredir, uma vez que não só não há uma verdadeira sanção como também é impossível agir de outro modo” (*Idem*, p. 98).

⁵ Por metacomunicação entende-se a comunicação sobre a própria comunicação (*cit. Alarcão, 2002*).

Na *injunção contrária*, existem mensagens indirectas de um cônjuge para outro, mas que são “desviadas para o jovem que é o receptor de injunções paradoxais discordantes emitidas pelos progenitores” (Ausloos, 1983, *cit. in* Lopes, 1995, p. 62).

A tranteracionalidade das dificuldades familiares é ainda outro elemento de relevo. Refere-se a uma aprendizagem do padrão de funcionamento, onde o comportamento problemático é transmitido de geração em geração. Neste sentido, “um dos elementos que predizem o desenvolvimento de condutas delinquentes na criança, é a agressividade dos seus pais, por exemplo, quando tinham a mesma idade” (*cit. in* Kazdin & Casal, 2001, p.29).

Nas famílias com jovens que apresentam comportamentos anti-sociais, os seus pais tendem a apresentar menos afecto e mais hostilidade, bem como mais expectativas negativas, ficando deste modo com mais dificuldade em estarem de acordo, do que as famílias dos indivíduos não delinquentes. Os pais, ao mostrarem atitudes negativas face aos filhos, amplificam o comportamento repetitivo, no qual as percepções dos filhos relativamente à sua família são igualmente negativas (Hetherington *et al.*, 1971, *in* Lourenço, 2004). De igual modo, as crianças que manifestam tendências anti-sociais e criminosas, normalmente temem as represálias por parte dos pais (Klein, 1927, *in* Matos, 1996). De acordo com, Malewska & Peyre (1973, *in* Patrício, 2008) os pais dos jovens desviantes não estabelecem relações afectivas e calorosas com os seus filhos, impedindo-os assim de interiorizarem adequadamente as normas sociais.

Vários autores (Fonseca, 2000; Doron & Parot, 2001; Fonseca, 2003; Martins, 2005) apontam para a 4.^a etapa do ciclo vital da família (família com filhos adolescentes) como o momento de potencial emergência dos comportamentos anti-sociais e delinquentes. Nesta etapa, os pais devem interagir com os seus filhos, fazendo cumprir as tarefas de promoção da segurança, garantir um ambiente afectuoso, encorajar individualmente a criança a explorar a sua adolescência ao nível físico, cognitivo e social (denotando as suas potencialidades) e inculcar regras e supervisão. Falhas nestas tarefas podem revelar adolescentes com problemas de comportamento, bem como a falta de suporte parental parece estar associada à agressividade (Dogge, Price, Coie & Christopoulos, 1990, *in* Bekovic *et al.*, 2003).

O conceito de sintoma delinquencial ultrapassa a ideia reducionista que responsabiliza o subsistema parental (ou um dos seus elementos) pelo comportamento do elemento do subsistema filial. O sintoma delinquencial tem assim uma função familiar,

advindo de uma crise natural ou acidental que foi mal resolvida ou que simplesmente não foi resolvida. As crises tendem a fragilizar as competências da família e a amplificar a importância dada ao comportamento do jovem. Contribuem também para o seu desenvolvimento as questões inerentes às tarefas normativas especificamente à entrada na 4.^a etapa do ciclo vital da família e que exigem a esta, a capacidade de se reorganizar, bem como de alcançar a verdadeira mudança (mudança de tipo II), não podendo ser esquecida a enorme importância e influência do grupo de pares, no que diz respeito à passagem ao acto (*cit. Alarcão, 2002*).

Deste modo, os adolescentes com comportamento anti-social, tendem a crescer em famílias com um baixo nível de coesão e falta de mútuo apoio emocional e protecção – podendo assim causar alta tolerância para o desenvolvimento do comportamento anti-social. No mesmo sentido, uma negativa qualidade da relação conjugal e conflito conjugal estão associados a problemas de comportamento anti-social nos adolescentes (Fincham, 1994, *in* Bekovic *et al.* 2003).

1.3 Estudos sobre comportamento anti-social e delinquente e funcionamento familiar

Genericamente, os estudos sobre esta problemática, focalizam-se nas “características particulares dos pais, conflitos na família, relacionamento pobre com as figuras parentais, falta de supervisão e controlo das actividades dos filhos, desvantagens socioeconómicas, influência negativa dos irmãos, tamanho da família, características adversas da área de residência ou existência de modelos anti-sociais em casa” (Rutter *et al.*, 1998, *cit. in* Fonseca, 2002, p.2).

Costa (1976) realizou um estudo em 1974 no tribunal de menores, onde descreve os antecedentes da delinquência juvenil no município de Porto Alegre (Brasil), com uma amostra de delinquentes dos 14 aos 18 anos. Os seus resultados mostram um número elevado de ocorrências delinquentes que advêm de indivíduos oriundos das zonas periféricas, sendo que 71% dos delinquentes não estavam matriculados na escola.

No mesmo sentido, Simons, Robertson e Downs (1989, *in* Lopes, 1995) realizaram um estudo com aproximadamente 300 adolescentes e concluíram a existência de uma forte ligação entre a rejeição parental e a delinquência. Também Picat (1973, *in* Lopes, 1995) realizou um estudo com jovens delinquentes e concluiu que 61% eram originários de famílias onde tinha ocorrido uma ruptura da ligação parental.

Em Portugal, foi realizado um estudo em contexto prisional (no Estabelecimento Prisional de Leiria) com jovens delinquentes, onde se concluiu que 46% dos jovens tinham sofrido a perda de um ou ambos os pais e separação na infância (*cit. Lopes, 1995*).

Em 1993, Agra e colaboradores (*cit. Carvalho, 2003*) realizaram um estudo com menores em regime de internamento num Centro Educativo em Lisboa, apontando os seguintes indicadores na caracterização das dinâmicas e estilos familiares: famílias de baixo estatuto sociocultural e profissional, de grande dimensão e presença de disfunções relativamente a relações de autoridade.

Especificamente, no que diz respeito às dinâmicas familiares uma investigação com grupos de jovens delinquentes e não delinquentes, comprova que os jovens delinquentes apresentam maioritariamente um inadequado relacionamento familiar (Glueck, 1950, *in Costa, 1976*) sendo que a partir do momento em que os factores de risco predominam sobre os factores de protecção, aumenta a probabilidade de os jovens adquirirem um comportamento delinvente persistente (Pittsburgo, Loeber & Farrington, 2001, *in Fonseca, 2004*). Os jovens delinquentes têm de facto, percepções negativas das suas famílias, uma vez que o delinvente reincidente descreve a sua família como menos coesa e expressiva e como menos orientada para a realização e para o tempo livre, quando comparada com os não delinquentes (Leflore, 1988, *Moos's Family Environment Scale, in Lourenço, 2004*).

Relativamente ao papel da vinculação no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, conclui-se que os riscos de comportamento anti-social parecem ser maiores no caso de vinculação insegura (Van IJzenoorn, *in Fonseca, 2002*). Bowlby (1944) efectuou um estudo com 44 jovens delinquentes, concluindo que tinham sofrido privação precoce de cuidados parentais (*cit. Soares, 2000*).

Foi realizado um estudo longitudinal (com uma amostra de 477 rapazes e 447 raparigas da Nova Zelândia), que demonstra que aos 20 anos de idade as crianças que tinham sido avaliadas com um temperamento difícil apresentavam problemas ao nível do seu funcionamento, sendo mais impulsivas, agressivas, descontroladas, manifestando problemas no relacionamento interpessoal e uma taxa de criminalidade mais elevada (Caspi, 2000 *in Fonseca, 2004*).

Um estudo com famílias com delinquentes sexuais⁶ (que utilizou a FACES II⁷) mostra que 49% dessas famílias tinham famílias de origem que eram de tipo extremos, 66% das suas famílias actuais também se situavam em níveis extremos. 19% das famílias não delinquentes inscreviam-se nos tipos extremos. Contrariamente 11% das famílias de origem e 19% das actuais famílias delinquentes eram de tipo equilibradas, 57% das famílias não delinquentes pertenciam a esta categoria (Olson *et al.* 1985; Olson, 1989, *in* Fernandes, 1995).

Um estudo de Cambridge⁸ (Farrington, 1997, *in* Fonseca, 2000) descreveu as características específicas de jovens delinquentes, particularizando-as em diferentes idades. Com 8 anos de idade, as crianças são turbulentas, desafiadoras, com dificuldades de concentração, maioritariamente têm irmãos com comportamentos delinquentes, os pais já foram condenados e a educação parental é deficitária, apresentam um insucesso escolar e provêm de famílias economicamente desfavorecidas. Com 12 anos de idade, são vistos como mentirosos, turbulentos, provocadores, com absentismos escolar, o número de colegas delinquentes aumenta e apresentam elevados resultados nos questionários de delinquência auto-revelada. No final da adolescência, não terminam os estudos secundários e por volta dos 30 anos de idade os seus percursos vão sendo inconsistentes. Na idade adulta, os indivíduos apresentam empregos instáveis, são mais frequentemente violentos com o seu cônjuge e envolvem-se em brigas, podendo também ocorrer o abuso de álcool e/ drogas. Pode concluir-se deste estudo, que existe uma continuidade do comportamento delinvente na adolescência para a idade adulta, sendo que a ocorrência de um maior número de condenações é relatada aos 17 anos. Os seus principais preditores são o “comportamento problemático na escola, o défice de hiperactividade-impulsividade-

⁶ O conceito de delinquência sexual é entendido como “o comportamento sexual activo de um adolescente solteiro que flagrantemente despreza as normas sociais ou regras familiares. Muitas vezes o comportamento ocorre com múltiplos parceiros” (Combrink-Graham, 1988, *cit. in* Lourenço, 1996, p. 132).

⁷ A FACES II – Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar (Olson *et al.* 1981) permite avaliar a funcionalidade do sistema familiar através da coesão e da adaptabilidade. Neste sentido, a adaptabilidade relaciona-se com o “equilíbrio entre a manutenção de uma estrutura estável e ao mesmo tempo flexível capaz de dar resposta às mudanças de vida” (*cit. in* Andolfi, 2002, p. 20) e a coesão está relacionada com “os vínculos, os laços emocionais, que os membros da família têm entre si” (*cit. in* Lourenço, 1996, p. 110).

⁸ O Estudo de Cambridge, denominado “*Cambridge Study in Delinquent Development*”, da autoria de West e Farrington é um dos estudos mais completos sobre a delinquência. Os investigadores acompanharam 411 indivíduos do sexo masculino, em 1961-1962, quando estes últimos tinham 8 anos de idade. Posteriormente, os indivíduos foram entrevistados aos 10, 14, 16, 18, 21, 25 e 32 anos. A investigação foi ainda completada através da consulta de ficheiros e de estatísticas oficiais, bem como de informações dadas pelos pais, professores, outros parente e colegas. O objectivo do estudo era identificar e medir os possíveis factores, que poderiam ser correlacionados com as causas do comportamento anti-social, a delinquência e a criminalidade (*cit. Gonçalves, 1994*).

atenção, inteligência fraca e baixo rendimento escolar, a criminalidade familiar, privações económicas e práticas educacionais inadequadas e deficientes por parte dos pais” (*cit. in* Farrington, 1998, p. 7).

O estudo de Bekovic e colaboradores (2003) apresenta uma amostra de 508 famílias com adolescentes, sendo 254 do sexo feminino e 254 do sexo masculino, com idades entre os 12 e os 18 anos. Os autores utilizaram uma escala para avaliar o comportamento anti-social (composta por 12 itens) e analisaram também o comportamento dos pais, a qualidade da relação entre pais e filhos, as características parentais, a qualidade das relações familiares e a composição familiar. Na análise dos resultados, os autores concluíram que os rapazes praticam mais comportamentos anti-sociais do que as raparigas, esses comportamentos predominam na adolescência, os pais punem mais os filhos do que as filhas e mostram mais rejeição pelos filhos e, há medida que os adolescentes crescem, os pais tendem a punir menos, sendo que a coesão familiar tende a diminuir com a idade do adolescente. No início da adolescência, os pais supervisionam mais as filhas do que os filhos. Elevados níveis de comportamento anti-social estão associados a um baixo nível de suporte parental, baixa consistência, baixa supervisão, mais práticas punitivas, baixa qualidade na relação entre adolescentes e pais, baixo nível de envolvimento emocional entre os membros da família, incertezas em relação ao papel parental e sentimentos depressivos. O nível sócio-económico e a composição familiar não estão apontados neste estudo, nem relacionados com o comportamento anti-social.

Formiga (2005) estudou a relação existente entre os comportamentos anti-sociais e delinquentes e os indicadores da relação familiar em duas áreas urbanas de uma cidade do Brasil, com uma amostra total de 921 jovens. A primeira área “apresentava um desenvolvimento sociodemográfico precário (...) a segurança policial era intensa, o sistema escolar (...) e o sistema de transporte eram desestruturados” (*Idem*, p.65). Verificou-se ainda um número elevado de abandono e absentismo escolares, bem como relatos de criminalidade. A segunda área apresentava uma condição sócio-económica superior à anterior, bem como um nível educacional e ambiental mais organizado, verificando-se poucos relatos de violência grave. O autor utilizou a escala do comportamento anti-social e delinquente⁹ e a escala dos indicadores da dinâmica

⁹ A escala do comportamento anti-social e delinquente foi construída por Seidedos em 1988, e validada para o contexto brasileiro por Formiga e Gouveia em 2003. É composta por 40 itens, sendo que 20 correspondem a comportamentos anti-sociais e 20 itens a comportamentos delinquentes, onde os sujeitos devem indicar numa escala de 0 (nunca) a 9 (sempre), com que frequência praticam os respectivos comportamentos.

familiar¹⁰. Os resultados foram idênticos para as amostras das duas áreas urbanas, ou seja, o funcionamento familiar “pode inibir condutas relacionadas com a delinquência dos jovens, independentemente da sua condição sócio-económica” (*Ibidem*, p. 63), de todo o modo, a explicação dos comportamentos pode ser encontrada através da existência de falhas ao nível das relações, bem como da comunicação familiar, sendo que um bom funcionamento, nestes dois aspectos, aumenta a probabilidade de inibir estes comportamentos nos jovens.

Em 1981, Azevedo (*in* Fleming, 2005) efectuou um estudo em Coimbra, tendo por base estatísticas oficiais, sobre os jovens oficialmente designados como delinquentes e as suas características sócio-familiares. A autora concluiu que estas famílias são maioritariamente, caracterizadas por uma extrema pobreza, pelo analfabetismo, bem como por agregados de grande dimensão, envolvimento de um dos pais no sistema de justiça, sendo que metade dos jovens viviam separados de um ou de ambos os pais e apresentavam um nível intelectual baixo, onde apenas 23% frequentavam a escola, sendo o roubo, o delito mais cometido.

Num sentido diferente do referido, encontramos trabalhos que remetem para outras conclusões. Fleming e colaboradores (2005), procuraram numa população estudantil, integrada no sistema familiar e escolar, detectar perturbações de comportamento, bem como verificar se existiam relações entre o comportamento dos jovens e outras características familiares e escolares dos mesmos. A amostra foi composta por 994 estudantes de ambos os sexos, com mais de 12 anos, pertencentes ao concelho de Matosinhos. Como instrumentos, utilizaram um questionário individual¹¹, passado em contexto escolar, onde o jovem afirma ter ou não realizado comportamentos de roubo e destruição de bens e apresentava ainda algumas questões relativas à caracterização do sujeito, do seu aproveitamento escolar e da sua família. Dos participantes, 130 jovens revelaram ter tido comportamentos de roubo e 104 comportamentos de destruição de bens,

¹⁰ A escala dos indicadores da dinâmica familiar (Formiga, Fachini, Curado & Teixeira, 2003; Formiga, 2004) é composta por 8 itens (confiança, afecto e carinho, compreensão, boa estrutura económica, liberdade, união familiar, boa relação conjugal e disposição ao perdão), onde o jovem deve expressar numa escala de 1 (nada) a 5 (totalmente), qual o grau de importância para uma relação familiar saudável (*cit. Formiga et al., 2008*).

¹¹ O questionário individual era composto pelos seguintes itens: “consumo de álcool, abuso de álcool, consumo de droga, fuga de casa, tentativa de suicídio; roubo de objectos dentro de casa, roubo de objectos fora de casa, roubo de dinheiro dentro de casa, roubo de dinheiro fora de casa; destruição de bens públicos, destruição de bens privados; sexo, idade; auto-avaliação do aproveitamento escolar, insucesso escolar; ausência de um ou ambos os pais, por falecimento, situação conjugal, inserção familiar, situação do pai e da mãe face ao trabalho, estatuto sócio-económico do pai e da mãe, grau de instrução do pai e da mãe” (*cit. in* Fleming, 2005, p. 268).

encontrando-se uma maior proporcionalidade destes comportamentos no sexo masculino e no grupo etário dos 16 e 19 anos.

Relativamente, à associação das variáveis, concluíram que o comportamento de roubo está associado às variáveis sexo e idade, sendo mais frequente nos grupos etários mais elevados e no sexo masculino. Contudo, as habilitações literárias e o estatuto sócio-económico dos pais, encontram-se relacionados com o aparecimento dos comportamentos, sendo que a “proporção de sujeitos que roubam é superior naqueles cujos pais exerçam uma profissão que os situa na posição média-alta e que possuem um grau de instrução médio-superior” (*Idem*, p. 272). No que concerne ao comportamento de destruição de bens, ele está igualmente associado com as variáveis sexo e idade, sendo também mais frequente no sexo masculino e no grupo etário dos 16 e os 17 anos. A destruição de bens ocorre com mais frequência nos jovens que apresentam sucesso escolar (que nunca reprovaram). Este comportamento não se encontra relacionado com a inserção familiar do jovem, ocorrendo em maior proporção nos jovens cujos pais exercem uma profissão, à semelhança dos resultados relativos ao comportamento anterior. Como conclusão geral do estudo, a autora refere que “são os adolescentes cujo estrato sócio-económico é mais elevado, ou seja, cujos pais estão mais bem situados na hierarquia sociocultural, que revelam mais passagens ao acto” não havendo “nenhuma associação com as variáveis relativas à distorção do anel familiar”¹². (*Ibidem*, p. 275).

De uma forma geral, a partir dos vários estudos referidos, podemos concluir que existem défices na educação parental dos jovens que apresentam comportamentos anti-sociais e delinquentes e, neste sentido, o comportamento deste elemento do sistema familiar é compreendido como um sintoma, onde o jovem aprende um modo de resolução de problemas, que depois reproduz noutros contextos.

Tendo em consideração a influência da família no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais e delinquentes, a intervenção familiar assume que “a modificação do comportamento problemático só perdurará se houver uma reorganização do grupo familiar em moldes não patogénicos e não propiciadores à eclosão de comportamentos anti-sociais” (Ausloos, 1983; Sampaio, 1985; Lázaro, Simões, Gomes & Lind, 1991, *cit. in* Gonçalves, 1994, p. 70). De salientar, ainda, que para compreender o

¹² O anel familiar diz respeito à estrutura da família, nomeadamente, à situação conjugal do subsistema parental e à ausência de um ou de ambos os pais (*cit. Fleming, 2005*).

funcionamento familiar, é fulcral ter a noção que a família possui recursos e potencialidades, que se forem afluídas permitem uma evolução equilibrada.

Gostaríamos ainda de referir que apesar do enorme peso que a família apresenta no desenvolvimento dos comportamentos anti-sociais e delinquentes, existem outros factores que devem igualmente ser analisados, nomeadamente factores relativos ao desenvolvimento individual do jovem (distúrbios de personalidade) e factores sociais, económicos e culturais. Apesar de diversos estudos defenderem que estas famílias apresentam maioritariamente jovens que convivem num ambiente pouco afectivo e pouco estimulante em termos de formação e orientação escolar, e posteriormente, profissional, este factor não pode ser assumido como regra geral, uma vez que ele conduz muitas vezes os jovens a confrontarem-se com processos discriminatórios, não vivenciando situações de oportunidades sociais. Patterson (Patterson *et al.*, 1989, *cit. in* Gonçalves, 1994, p. 70) reflectem bastante bem esta posição, referindo que “nem todos os delinquentes provêm de famílias disruptivas, que associam variáveis sociodemográficas potenciadoras de problemas, a uma «herança» familiar desviante que pode ser encontrada nas gerações anteriores e a que se juntam por fim agentes *stressores* mais ou menos duradouros”, mas na verdade todos estes elementos são fundamentais na eclosão de comportamentos anti-sociais e delinquentes, por parte das crianças que vivenciam estes contextos.

É com base nos pressupostos teóricos apresentados que pretendemos desenvolver o presente estudo, no sentido de investigar a existência de relação entre o disfuncionamento das famílias e o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais e delinquentes dos jovens, numa comunidade socialmente conotada como problemática, promovendo ainda a reflexão respeitante a todos os pressupostos defendidos pelas investigações nesta mesma área.

Neste sentido, o presente estudo tem como objectivos analisar o funcionamento das famílias de bairros socialmente associados à delinquência, nomeadamente ao nível da coesão e da adaptabilidade familiar; investigando quais as famílias que apresentam um funcionamento familiar inadaptativo, analisando ainda a existência (ou não) de relações entre esse tipo de funcionamento e a presença de comportamentos anti-sociais e delinquentes nos seus elementos.

2. METODOLOGIA

2.1 Caracterização do local de estudo e da amostra

Tendo em consideração os objectivos propostos, o presente estudo exploratório foi efectuado com 30 agregados familiares residentes em dois bairros sociais – o bairro da Rosa e do Ingote,¹³ localizados na Freguesia de Eiras, no Concelho de Coimbra.

Neste sentido, todos os elementos do agregado familiar preencheram a FACES II e o questionário sociodemográfico, excepto os elementos com dificuldades cognitivas. Todos os filhos que coabitam com a família, preencheram igualmente a FACES II e o questionário sociodemográfico, bem como a escala de comportamentos anti-sociais.¹⁴

O presente estudo abrange um total de 30 agregados familiares seleccionados por conveniência. Com a colaboração dos técnicos do Projecto Trampolim, foram então seleccionadas 30 famílias com jovens com problemas de comportamento de natureza tendencialmente anti-social e delinquente. A amostra total que corresponde a 30 famílias, é composta por 99 sujeitos, sendo 44 do sexo masculino e 55 do sexo feminino.

Relativamente à amostra, 11 elementos recusaram participar na investigação, sendo que a recolha de dados foi efectuada no período de 21 de Janeiro de 2009 a 16 de Março de 2009¹⁵.

Os bairros do Ingote e da Rosa acolhem famílias com carências socioeconómicas, que, na sua maioria foram realojadas¹⁶ e que em momentos anteriores viviam em situações

¹³ Para a elaboração do estudo, contactou-se o Projecto Trampolim. O Projecto Trampolim está sediado no bairro da Rosa, insere-se no Programa Escolhas e tem como destinatários 95 crianças/jovens, 30 pais/familiares e 30 outros residentes.

O estudo foi autorizado pelos responsáveis do Projecto em causa, bem como das instituições que fazem parte do consórcio, depois de garantidas todas as questões éticas associadas ao seu desenvolvimento, nomeadamente no que diz respeito à elaboração de um pedido formal de colaboração ao Projecto e seu consórcio e às famílias envolvidas no estudo, bem como o compromisso com a garantia da confidencialidade dos dados da investigação e das respectivas famílias. Posteriormente, foram sendo apresentadas as famílias, com a colaboração da psicóloga e da animadora do Projecto, que acompanharam a investigadora até às famílias (nomeadamente às suas residências), com o intuito de serem apresentadas, sendo-lhes depois solicitada a sua participação para a realização de um estudo que estava a ser efectuado, no sentido de avaliar o funcionamento das famílias, relativamente à família como um todo, bem como o comportamento dos filhos. Foi também clarificada a importância de que todos os elementos, com mais de 12 anos respondessem aos questionários, bem como de que todos os elementos do agregado familiar estivessem presentes para responder ao questionário.

¹⁴ Há excepção de um elemento que não preencheu o último instrumento.

¹⁵ No total foram efectuadas 22 visitas aos bairros e nomeadamente 103 visitas às 30 famílias.

¹⁶ O realojamento “implica sempre uma reestruturação da existência quotidiana e de todo um conjunto de práticas ligadas ao meio de residência, entre as quais as relações de vizinhança, (...) essa adaptação é, muitas vezes, lenta e conflituosa, quanto mais distintos forem o novo contexto e o meio de origem”. (cit. in Silva; Costa *et al.*, 1989, p. 162).

de fracas condições habitacionais. Existe também um número relativo de população de etnia cigana em ambos os bairros. Estão presentes nos bairros diversas associações e instituições que têm como objectivo apoiar a população, seja ao nível das questões do emprego, desemprego, formação profissional, ocupação de tempos livres, entre outras.¹⁷

De acordo com o Pré-Diagnóstico do concelho de Coimbra (2004), elaborado pela Rede Social de Coimbra¹⁸ (Conselho Local de Acção Social de Coimbra), um dos eixos propostos, ao nível da intervenção prioritária (eixo VII), refere-se precisamente à necessidade de “prevenção da criminalidade e inserção dos jovens” nos bairros (p.187), encontrando-se esta medida em consonância com os resultados apurados pelo Diagnóstico de Coimbra (2005¹⁹, 2008²⁰), onde os bairros da Rosa e do Ingote são caracterizados por apresentarem problemas relacionados com a concentração excessiva de famílias realojadas, o tráfico e o consumo de drogas, o abandono escolar precoce, o insucesso escolar, o absentismo escolar e o desemprego.

De salientar, que não se pretende apresentar aqui uma perspectiva de preconceito social, mas a realidade social conduz-nos a este bairro, uma vez que ele é marcado por problemas sociais, onde impera a necessidade de um trabalho conjunto com a comunidade e nomeadamente com os jovens, no sentido de promover a inclusão social e a mudança.

¹⁷ Nomeadamente, o Projecto Trampolim; o Centro Social São José; a Associação Social, Recreativa, Cultural Cigana de Coimbra; a Associação dos Moradores do bairro da Rosa, entre outras.

¹⁸ A Rede Social de Coimbra resulta da parceria entre as autarquias e entidades públicas e privadas, tendo como objectivos a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão, bem como a promoção do desenvolvimento social, através da identificação dos problemas no concelho de Coimbra.

¹⁹ Elaborado pela Rede Social de Coimbra (Conselho Local de Acção Social de Coimbra).

²⁰ Realizado pelo Programa Operacional de Respostas Integradas, através do IDT e do Ministério da Saúde.

2.2 Instrumentos

No sentido de recolher a informação nos critérios identificados, foram utilizados 3 instrumentos:

- Questionário sociodemográfico (Correia, 2009);
- Escala do comportamento anti-social e delinquente (Formiga & Gouveia, 2005);
- Escala de avaliação da adaptabilidade e da coesão familiar (FACES II) (Olson *et al.*, 1981).

Todos estes instrumentos são de administração directa, de auto-preenchimento, ou seja, “quando é o próprio inquirido que os preenche” (*cit. in* Quivy, 1998, p. 188), aspecto esse que de certa forma, facilita a aceitabilidade por parte dos sujeitos, uma vez o investigador não conhece, em primeira mão, as suas respostas e deste modo os indivíduos estarão mais à vontade para responder às questões colocadas.

2.2.2 Questionário sociodemográfico

Com o objectivo de obter uma informação mais completa sobre as famílias, foi utilizado um questionário composto por 11 questões, distribuídas por identificação, estado civil, ocupação laboral/profissional, escolaridade, agregado familiar, e uma questão mais aberta (“quais os principais problemas identificados pela família”) (Correia, 2009).

2.2.3 Escala do comportamento anti-social e delinquente

A escala do comportamento anti-social e delinquente, foi construída em 1988, por Seidedos e validada para o contexto brasileiro, em 2003, por Formiga e Gouveia. É constituída por 40 itens, sendo que 20 correspondem a comportamentos anti-sociais e 20 a comportamentos delinquentes.

As questões relativas ao comportamento anti-social expressam comportamentos que vão contra as normas sociais e que não se encontram inscritos em termos legislativos. Contrariamente, as questões correspondentes aos comportamentos delinquentes inserem-se em comportamentos passíveis de serem punidos legalmente. Para cada comportamento, o sujeito deve indicar com que frequência pratica o comportamento, sendo que 0 corresponde a “Nunca” e 9 a “Sempre”.

A escala foi traduzida para português (Portugal) pela investigadora e submetido à apreciação de um especialista da língua portuguesa e por um investigador da área, para verificar a correcta tradução.

De salientar que a escolha desta escala foi feita precisamente com base no pressuposto de que na origem dos comportamentos delinquentes, existem sempre experiências que revelam comportamentos anti-sociais e estes podem ser compreendidos como um sinal (uma advertência para a possibilidade de se constituírem comportamentos delinquentes) ou meramente como um comportamento normativo da adolescência.

Tabela 2: Comportamentos anti-sociais (20 itens)²¹

“Fazer brincadeiras maléficas com as pessoas, como empurrá-las para o chão ou tirar lhes a cadeira quando se vão sentar”.
“Sair sem permissão (do trabalho, de casa, ou da escola) ”.
“Comer em locais proibidos”.
“Incomodar ou fazer barulho nas aulas, lugar público ou de trabalho”.
“Responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua)”.
“Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins”.
“Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos”.
“Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, trabalho, compromisso, etc.) ”.
“Dizer palavrões ou expressões grosseiras”.
“Entrar num local proibido (jardim privado, casa vazia, etc) ”.
“Colocar lixo no chão (quando há perto um caixote de lixo) ”.
“Apanhar frutas num jardim ou pomar alheio”.
“Quebrar ou mandar para o chão as coisas dos outros”.
“Chegar tarde ao trabalho ou à escola”.
“Negar se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa) ”.
“Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas) ”.
“Enganar (em provas, competição importante, etc.) ”.
“Sujar as ruas ou calçadas e partir garrafas ou virar os caixotes do lixo”.
“Tocar à campainha na casa de alguém e sair a correr”.
“Riscar em locais proibidos”.

²¹ Fonte: Formiga, 2005.

Tabela 3: Comportamentos delinquentes (20 itens)

- “Pegar às escondidas numa bicicleta, carro ou mota de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir”.
- “Roubar roupas de um estendal ou objectos dos bolsos de uma roupa deixada por alguém”.
- “Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas”.
- “Destruir ou danificar coisas em lugares públicos”.
- “Gastar frequentemente no jogo mais dinheiro do que pode”.
- “Usar uma arma faca ou canivete) caso considere necessário numa briga”.
- “Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros, estando abertos”.
- “Roubar objectos dos carros”.
- “Entrar numa loja que está fechada, e roubar algo ou não”.
- “Resistir ou brigar para fugir de um policia”.
- “Entrar num apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planeado antes) ”.
- “Planear entrar numa casa ou apartamento para roubar coisas de valor”.
- “Pegar às escondidas na bicicleta de um desconhecido e ficar com ela”.
- “Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerantes, telefones públicos, etc”.
- “Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou escola) num valor superior a 5 euros”.
- “Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão a trabalhar”.
- “Consumir drogas”.
- “Entrar num bar proibido ou comprar bebidas proibidas (tendo em conta a idade) ”.
- “Forçar a entrada num armazém, garagem ou supermercado”.
- “Pertencer a um grupo que arma confusões, se mete em brigas”.

Fomos avaliar a fidedignidade da escala do comportamento anti-social e delinquente através da consistência interna. Como pode ser observado nas tabelas 4 e 5 que se seguem, os valores obtidos indicam uma boa consistência interna, sendo deste modo indicadas boas características psicométricas ao nível da fidedignidade.

Tabela 4: Consistência interna relativa ao comportamento anti-social

Coeficiente Alfa de Cronbach	Parte 1	0,844
	Parte 2	0,737
Spearman-Brown Coefficient	Equal Length	0,915
	Unequal Length	0,915
Correlation Between Forms		0,844
Guttman Split-Half Coefficient		0,901

Tabela 5: Consistência interna relativa ao comportamento delinquente

Coeficiente Alfa de Cronbach	Parte 1	0,779
	Parte 2	0,597
Spearman-Brown Coefficient	Equal Length	0,892
	Unequal Length	0,892
Correlation Between Forms		0,805
Guttman Split-Half Coefficient		0,833

2.2.4 A FACES II

A FACES II (Olson *et al.*, 1981) é uma versão de auto-resposta de avaliação do funcionamento familiar, um instrumento de análise que visa avaliar o funcionamento das famílias.

O Modelo Circumplexo (MC) foi desenvolvido por David H. Olson e seus colaboradores na década de 70. Olson defende que a família pode ser avaliada no seu funcionamento sincrónico ou diacrónico, tendo sido o seu modelo elaborado segundo dois eixos: a adaptabilidade e a coesão. O autor considera que estes dois eixos são de extrema relevância na análise do funcionamento familiar, no sentido em que “a família é como uma matriz de identidade, onde se experimenta o duplo sentimento pertença-separação. Uma família equilibrada na coesão aponta para que os elementos do sistema sejam entre si e simultaneamente, autónomos e íntimos” (Minuchin, 1983, *cit. in* Lourenço, 1996, p. 110) e a adaptabilidade é “um dos requisitos principais para o bom funcionamento de uma família”, sendo que “as variações inesperadas na rotina, as crises e as eventuais responsabilidades (...) exigem flexibilidade e tolerância para gerir o caos que ocasionalmente se pode produzir” (*cit. in* Andolfi, 2002, p. 20).

De acordo com Barker (*cit. in* 2000, p. 87), a coesão familiar, “mede a vinculação emocional mútua dos elementos da família”, representando-se através dos “laços emocionais que os membros têm uns para com os outros e pelo grau de autonomia individual que uma pessoa experimenta no sistema familiar” (*cit. in* Born, 2005, p. 95). Ou seja, a coesão “é baseada nos laços emocionais que os elementos da família têm uns com os outros” (*cit. in* Fontaine, 1985, p.76; Olson *et al.*, 1983, *cit. in* Dundas, 1994, p. 191).

Os itens que caracterizam a coesão familiar relacionam-se com os conceitos de laços emocionais; limites familiares; coligações; tempo; espaço; amigos; decisões; interesses e lazeres.

O eixo sincrónico (ou horizontal) permite-nos avaliar a coesão familiar, tendo em consideração as diferentes organizações que se podem encontrar. Neste sentido, o MC descreve 4 tipos de coesão: emaranhada (valores mais altos); ligada (coesão moderada ou equilibrada); separada (coesão moderada ou equilibrada) ou desmembrada (valores mais baixos).

A família emaranhada apresenta um elevado nível de coesão e é caracterizada por uma fusão relacional, movimentos centrípetos, papéis rígidos, mito da unidade familiar, laços fortes e autonomia reduzida. De acordo com Bénoit (Bénoit *et al.*, 1988, *cit. in* Fernandes, 1995, p. 181), estas famílias apresentam um “movimento relacional centrípeto, com um mito de unidade familiar que tolera poucas diferenças. Os papéis são rígidos e os sintomas podem ser similares, de tipo geralmente psicossomático, por exemplo, distúrbios alimentares. As violências – eventualmente sexuais – exprimem-se no interior do grupo familiar. Um dos pais é colocado numa posição baixa. As fronteiras entre pais e filhos, são mal definidas”. Neste tipo de famílias é colocada em causa a “autonomia, desejos e objectivos individuais, a fim de preservar a unidade da família” (Gimeno, 2003, *cit. in* Rolim *et al.* 2006, p. 311).

A família desmembrada apresenta um baixo nível de coesão e é representada por ausência de laços emocionais e por um funcionamento autónomo dos seus membros. De acordo com Bénoit (Bénoit *et al.*, 1988, *cit. in* Fernandes, 1995, p. 181), estas famílias “tendem a expulsar os seus membros para a vida social, sem os dotar de um modelo bem definido de adaptação a esta. Os papéis parentais são instáveis, apesar de uma rigidez aparente, e os filhos são aparentemente autónomos, apesar da sua imaturidade. A agressividade e os actos anti-sociais manifestam estas rejeições e a entrada precoce e conflitual destes jovens na vida social pode englobar passagens ao acto delinquente, prostituição e maternidade precoce. Um dos filhos, no grupo familiar, fixa, geralmente, a atenção dos pais e dos intervenientes sociais”. Os elementos são independentes e o seu comprometimento com a família é baixo (*cit.* Dundas, 1994), uma vez que estas famílias caracterizam-se por “pouca proximidade e envolvimento entre os membros e, consequentemente, pela extrema separação e independência pessoal” (*cit. in* Rolim, 2006, p. 311).

Em suma, os dois tipos extremos são vistos como tendencialmente patológicos ou problemáticos, a longo prazo (*cit.* Fernandes, 1995).

As famílias ligada e separada apresentam posições intermédias (*cit.* Born, 2005), correspondendo a um nível adequado de funcionamento, sendo que nestes níveis centrais os indivíduos estão aptos a experimentar e a intercalar entre os dois extremos, sendo capazes de se situarem em níveis mais ligados ou mais separados conforme as necessidades inerentes ao ciclo vital da família, às crises e desafios com que se deparam (*cit.* Fernandes, 1995).

Contudo, Olson e colaboradores referem que as famílias funcionais nem sempre se encontram nestes dois níveis. Isto porque consoante o momento *stressante* em que se encontram, de acordo com a etapa do ciclo vital, podem experimentar os extremos (tanto da coesão, como da adaptabilidade), ou seja, “as famílias equilibradas poderiam funcionar nos extremos quando necessário, mas passam a maior parte do seu tempo na área equilibrada” (Olson, 1980, *cit. in* Cluff *et al.*, 1994, p. 460). Contrariamente, as famílias disfuncionais, apenas permanecem nesses níveis por um curto período de tempo e tendo como objectivo uma adaptação contextual (*cit.* Lourenço, 1996). A família é funcional ao nível da coesão quando os seus elementos são autónomos, mas ao mesmo tempo relacionam-se intimamente entre si (*cit.* Martins, 2002).

A adaptabilidade familiar “mede o ponto em que a família permite fazer mudanças ou até que ponto é caracterizada pela estabilidade” (*cit. in* Born, 2005, p.95), ou seja, a “capacidade do sistema para mudar a sua estrutura, os seus papéis e regras relacionais” ao longo do ciclo vital, perante o *stress* situacional e desenvolvimental (Olson *et al.*, 1983, *cit. in* Dundas, 1994, p. 191).

Os factores determinantes da adaptabilidade familiar relacionam-se com os seguintes conceitos: imposição; liderança; disciplina; negociação; funções; normas.

O eixo diacrónico (ou vertical) refere-se às mudanças no tempo e à adaptabilidade familiar. Neste sentido o MC descreve 4 tipos de adaptabilidade: caótica (valores mais altos); flexível, (adaptabilidade equilibrada); estruturada (adaptabilidade equilibrada) e rígida (valores mais baixos) (*cit.* Sousa *et al.*, 2004).

De acordo com Bénoit (Bénoit *et al.*, 1988, *cit. in* Fernandes, 1995, p. 187), as famílias caóticas apresentam uma “estrutura marcada pelo empobrecimento dos papéis e das funções, que são mal definidos e mutáveis (...) O sentimento de pertença ao grupo familiar é muito fraco, assim como a consciência colectiva do tempo”. De acordo com o mesmo autor, a delinquência e as perturbações psicóticas aparecem com mais frequência neste tipo de organização familiar.

A família rígida é caracterizada pela imobilidade, sendo que a família perdeu as suas capacidades de adaptação à mudança. De acordo com Bénoit (1988, *cit. in* Fernandes, 1995, p. 186) estas famílias “perderam toda ou parte das suas capacidades de adaptação à mudança, seja ela de origem interna ou externa. Nestas famílias, os anéis de retroacção negativa empobrecem os modelos de interacção, afastando toda a possibilidade de

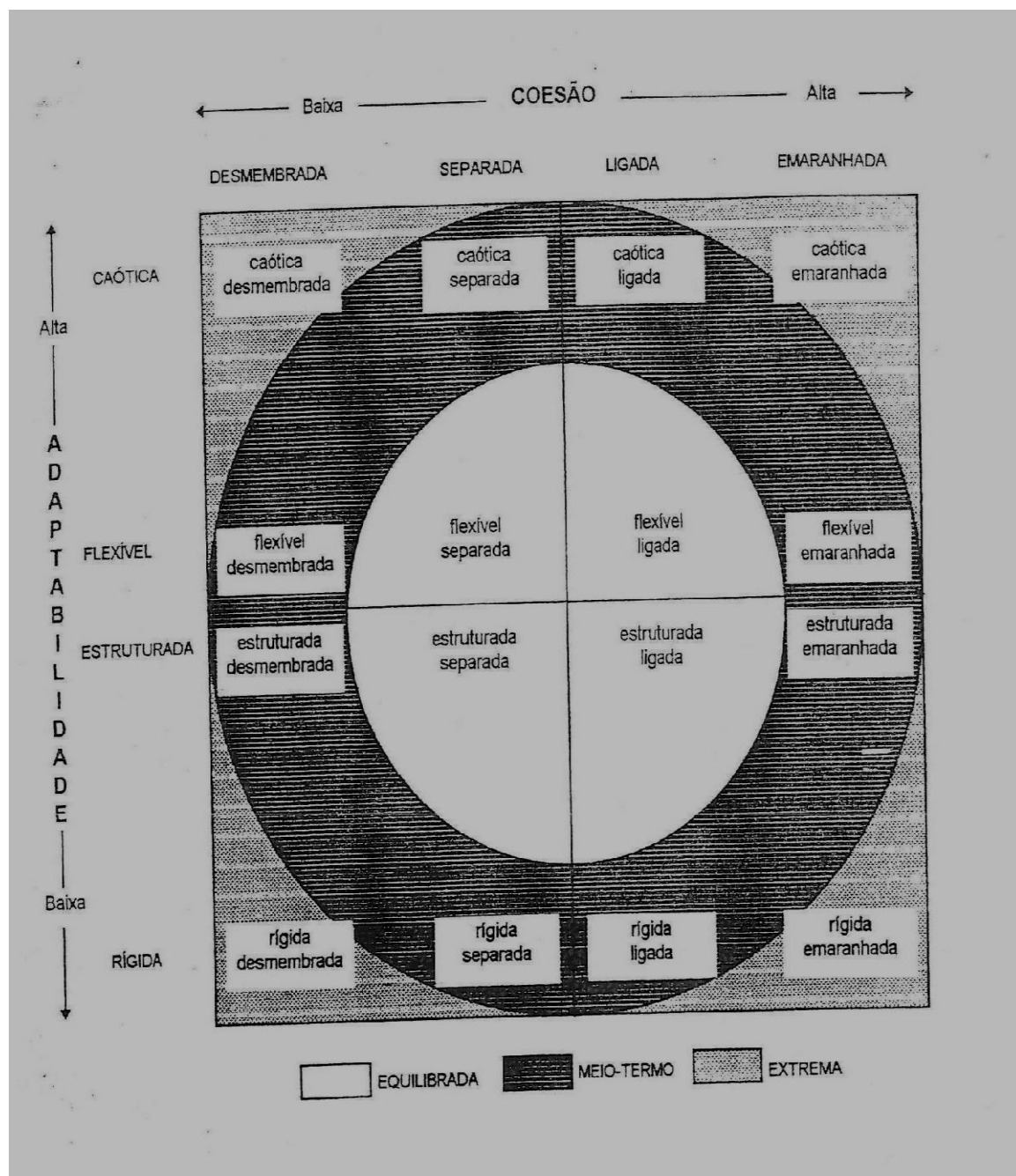
mudança, nomeadamente quando da passagem de uma etapa a outra do ciclo vital. O paciente designado manifesta uma sintomatologia, quase sempre, de ordem psicótica, participando ela mesma na rigidificação do sistema familiar, na medida em que os seus contactos com outros sistemas se fazem essencialmente sob um modo de escalada simétrica”. Nestas famílias os “limites e as regras são impostos de forma autoritária, o que conduz a altos níveis de tensão, perante situações de mudança” (Carter & Murdock, 2001, *cit. in* Rolim, 2006, p. 311).

Em suma, na coesão, os dois tipos extremos são vistos como patológicos ou problemáticos, a longo prazo (*cit.* Fernandes, 1995). Tal como na família ligada e separada, a família flexível e estruturada manifestam posições intermédias. São considerados os níveis equilibrados para um bom funcionamento familiar (*Idem*), ou seja, existe “flexibilidade para mudar e continuar” (Lacroix, 1990, *cit. in* Lourenço, 1996, p. 111).

De acordo com o MC (Figura 1), tendo em consideração os 4 tipos de coesão e os 4 tipos de adaptabilidade, o modelo apresenta 16 tipos de famílias, que por sua vez são agrupados em três tipos gerais: 4 tipos equilibrados, 8 tipos médios e 4 tipos extremos. Os 4 tipos equilibrados correspondem aos tipos equilibrados presentes nas dimensões da coesão e da adaptabilidade e os 4 tipos extremos dizem respeito aos tipos extremos presentes nas mesmas dimensões. Os 8 tipos médios “são extremos numa dimensão e equilibrados na outra” (*cit. in* Fernandes, 1995, p. 190).

De acordo com o MC, as famílias com elevados e baixos resultados nas duas dimensões (coesão e adaptabilidade) correspondem a famílias extremas.

Figura 1: Modelo Circumplexo de Olson²²

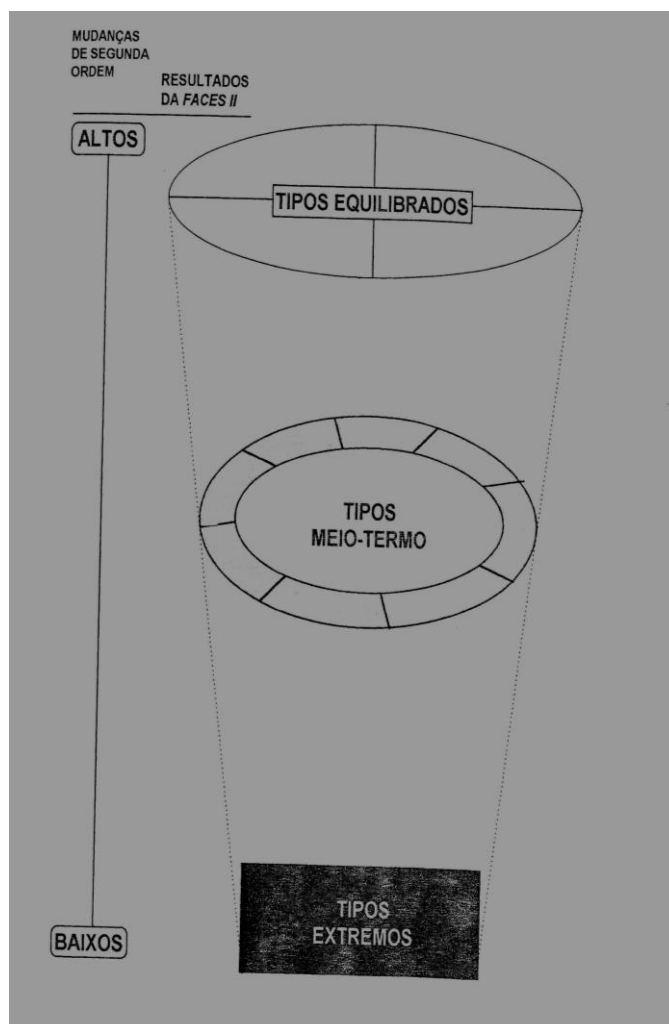


²² Fonte: Fernandes (1995).

Contudo, em 1991, Green e colaboradores, colocaram em dúvida de que a FACES medisse a hipótese curvilínea do funcionamento familiar, ou seja, que altos e baixos resultados de coesão e de adaptabilidade corresponderem a famílias extremas.

Em virtude das críticas propostas por Green (Green *et al.*, 1991), considerou-se que “a FACES II não capta as categorias extremamente altas de famílias emaranhadas e de famílias caóticas, pelo que os elevados resultados nas dimensões da coesão e da adaptabilidade foram reinterpretadas como remetendo para sistemas muito ligados e muito flexíveis” (*cit. in* Olson & Tiesel, 1992, p.12). Assim, Olson (1991) reformulou o seu MC e desenvolveu o Modelo Circumplexo Tridimensional (Figura 2), que deve ser analisado num registo linear, tendo em consideração a mudança de 2.^a ordem, onde elevados resultados na coesão e na adaptabilidade são representativos do tipo de famílias equilibradas e baixos resultados nas duas dimensões revelam tipos de famílias extremas (*cit. Fernandes*, 1995).

Figura 2: Modelo Circumplexo Tridimensional²³



Em suma, tendo em conta que através do instrumento não é possível captar os elevados resultados de coesão e de adaptabilidade, que remetiam para famílias extremas, a coesão emaranhada e a adaptabilidade caótica deixaram de existir, passando a ocupar o seu lugar, a coesão muito ligada e a adaptabilidade muito flexível que correspondem a famílias equilibradas. Deste modo, a coesão ligada e separada e a adaptabilidade flexível e estruturada, que eram interpretadas como remetendo para famílias funcionais, mantêm as suas posições centrais, mas são agora analisadas como remetendo para um equilíbrio instável. A coesão desmembrada e a adaptabilidade rígida, mantêm-se na mesma posição, sendo interpretadas como as únicas posições equivalentes às famílias extremas.

²³ Fonte: Fernandes (1995).

Tabela 6: Leitura da FACES II de acordo com MC (pré-reformulação)

	Coesão	Adaptabilidade	Tipo de Família	
4	Emaranhada	Caótica	Extremo	Altos resultados
3	Ligada	Flexível	Equilibrado	Posições intermédias
2	Separada	Estruturada	Equilibrado	Posições intermédias
1	Desmembrada	Rígida	Extremo	Baixos resultados

Tabela 7: Leitura da FACES II de acordo com o MCT (pós-reformulação)

	Coesão	Adaptabilidade	Tipo de Família	
4	Muito Ligada	Muito Flexível	Equilibrado	Altos resultados
3	Ligada	Flexível	Moderadamente Equilibrado	Posições intermédias
2	Separada	Estruturada	Meio-Termo	Posições intermédias
1	Desmembrada	Rígida	Extremo	Baixos resultados

Construída com base no modelo de Olson, a FACES II é uma Escala de Avaliação da Adaptabilidade e da Coesão Familiar, de David H. Olson, Joyce Portner e Richard Bell (1981) e é adequada para avaliar o funcionamento familiar, encontrando-se actualmente na sua 4.^a versão. A escolha da FACES II, advém da sugestão dos próprios autores da escala, que aconselham, que para trabalhos de investigação, seja utilizada a FACES II e não outra versão (nomeadamente a FACES III)²⁴. Fernandes (1995, p. 222), defende que “a FACES é hoje, incontestavelmente, uma das escalas mais úteis e fiáveis para a avaliação do funcionamento familiar”, tendo sido utilizado em mais de 300 estudos. (Olson, 1986, *in* Cluff *et al.*, 1994).

²⁴ Este comentário advém precisamente da análise de diversos estudos que foram efectuados com a FACES III, nomeadamente: Green (Green *et al.* 1991); Olson, D. (1991); Falceto, O. (1997); Falceto (Falceto *et al.* 2000);; Hasui, C. (Hasui *et al.* 2004).

A FACES II²⁵ consiste num questionário individual, de auto-avaliação, que permite avaliar a percepção do funcionamento familiar através de uma escala tipo Likert, composta por 30 questões, classificadas de 1 (quase nunca) a 5 (quase sempre), das quais 16 correspondem à dimensão coesão e 14 à dimensão adaptabilidade. Todos os elementos do sistema familiar (com mais de 12 anos), devem responder ao questionário, de modo a “capturar a complexidade dos sistemas familiares” (*cit. in* Fernandes, 1995, p.211).

Tabela 8: Conceitos relacionados com a coesão familiar (16 itens)²⁶:

<i>Laços emocionais:</i>
(+) 1. Em casa ajudamo-nos, uns aos outros, quando temos dificuldades.
(+) 17. Na nossa família sentimo-nos muito chegados uns aos outros.
<i>Limites familiares:</i>
(-) 3. É mais fácil discutir os problemas com pessoas que não são da família do que com elementos da família.
(-) 19. Sentimo-nos mais chegados a pessoas que não são da família do que a elementos da família.
<i>Coligações:</i>
(-) 9. Na nossa família cada um segue o seu próprio caminho.
(-) 29. Preferimos fazer as coisas apenas com alguns elementos da família do que com a família toda.
<i>Tempo:</i>
(+) 7. Na nossa família fazemos coisas em conjunto.
(+) 23. Gostamos de passar os tempos livres uns com os outros.
<i>Espaço:</i>
(+) 5. Em nossa casa a família costuma reunir-se toda na mesma sala.
(-) 25. Em casa, os elementos da nossa família evitam-se uns aos outros.
<i>Amigos:</i>
(+) 11. Cada um de nós conhece os melhores amigos dos outros elementos da família.
(+) 27. Na nossa família aprovamos a escolha de amigos feita por cada um de nós.
<i>Decisões:</i>
(+) 13. Quando é necessário tomar uma decisão, temos o hábito de pedir a opinião uns aos outros.
(+) 21. Cada um de nós aceita aquilo que a família decide fazer.
<i>Interesses e lazeres:</i>
(-) 15. Temos dificuldade em fazer coisas em conjunto, como família.
(+) 30. Temos interesses e passatempos em comum uns com os outros.

²⁵ A FACES II foi traduzida para português por Daniel Sampaio (1991) e validada para a população portuguesa, por Fernandes (1995) através de um estudo efectuado com população não migrante do concelho de Chaves e com uma população portuguesa no Cantão de Genebra.

²⁶ Fonte: Lourenço, 1996.

Tabela 9: Conceitos relacionados com a adaptabilidade familiar (14 itens):

<i>Imposição:</i>
(+) 2. Na nossa família cada um pode expressar livremente a sua opinião.
(+) 14. Os elementos da família são livres de dizerem aquilo que lhes apetece.
(-) 28. Em nossa casa temos medo de dizer aquilo que pensamos.
<i>Liderança:</i>
(+) 4. Cada um de nós tem uma palavra a dizer sobre as principais decisões familiares.
(+) 16. Quando é preciso resolver problemas, as sugestões dos filhos são tidas em conta.
<i>Disciplina:</i>
(+) 6. Em nossa casa os mais novos têm uma palavra a dizer na definição das regras de disciplina.
(+) 18. Na nossa família somos justos quanto à disciplina.
<i>Negociação:</i>
(+) 8. Em nossa casa discutimos os problemas e sentimo-nos bem com as soluções encontradas.
(+) 20. A nossa família tenta encontrar novas formas de resolver os problemas.
(+) 26. Quando os problemas surgem todos fazemos cedências.
<i>Funções:</i>
(+) 10. As responsabilidades da nossa casa rodam pelos vários elementos da família.
(+) 22. Na nossa família todos partilham responsabilidades.
<i>Normas:</i>
(+) 12. É difícil saber quais são as normas que regulam a nossa família.
(-) 24. É difícil mudar as normas que regulam a nossa família.

Neste sentido, as 4 categorias da coesão são designadas como: desmembrada, separada, ligada e muito ligada e as 4 categorias da adaptabilidade como: rígida, estruturada, flexível e muito flexível. A família pode ser classificada em quatro tipos diferentes: extrema, meio-termo, moderadamente equilibrada e equilibrada.

Tabela 10: Interpretação linear da FACES II

Valores		Coesão	Valores		Adaptabilidade	Valores	Tipo de Família
8	80 74	Muito Ligada	8	70 65	Muito Flexível	8	Equilibrada
7	73 71		7	64 55		7	
6	70 65	Ligada	6	54 50	Flexível	6	Moderadamente Equilibrada
5	64 60		5	49 46		5	
4	59 55	Separada	4	45 43	Estruturada	4	Meio-Termo
3	54 51		3	42 40		3	
2	50 35	Desmembrada	2	39 39	Rígida	2	Extrema
1	34 15		1	29 15		1	

Considerámos pertinente avaliar a fidedignidade da FACES II, através da consistência interna. Como pode ser observado pelas tabelas que se seguem, os valores obtidos indicam uma boa consistência interna, sendo deste modo indicadas boas características psicométricas ao nível da fidedignidade, conforme pode ser observado na tabela 11 e 12.

Tabela 11: Consistência interna ao nível da coesão

Coeficiente Alfa de Cronbach	Parte 1	0,266
	Parte 2	0,563
Spearman-Brown Coefficient	Equal Length	0,658
	Unequal Length	0,658
Correlation Between Forms		491
Guttman Split-Half Coefficient		647

Tabela 12: Consistência interna ao nível da adaptabilidade

Coeficiente Alfa de Cronbach	Parte 1	0,577
	Parte 2	0,626
Spearman-Brown Coefficient	Equal Length	0,666
	Unequal Length	0,666
Correlation Between Forms		0,499
Guttman Split-Half Coefficient		0,665

Relativamente ao tratamento dos dados, foi efectuada uma análise estatística através do programa SPSS – 13.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), utilizando a estatística não paramétrica²⁷.

Foi efectuada uma análise correlacional, no sentido em que foram analisadas diferentes variáveis. A análise estatística foi efectuada através do cálculo de frequências e de correlações entre as variáveis.

Relativamente aos estudos de fidedignidade, apresentam consistência interna²⁸, no sentido em que os resultados apresentados situam-se entre 0,8 e 1 (Bryman & Cramer, 1993, *in* Daniel, 2008).

²⁷ A estatística não paramétrica é utilizada quando a amostra não é escolhida aleatoriamente e quando existem variáveis nominais e ordinais (*cit.* Ribeiro, 2008).

²⁸ De acordo com Daniel (2008, p. 3), “Freeman (1990) define a consistência interna como a consistência dos resultados ao longo do teste quando este é aplicado uma vez, ou seja à precisão da medição efectuada num determinado momento”.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Relativamente aos resultados obtidos no questionário sociodemográfico (preenchido por 99 sujeitos, dos 30 agregados familiares), destacamos o elevado número de sujeitos com escolaridade baixa, bem como a não identificação de problemas e a pertença maioritária à configuração de família nuclear. A tabela que se segue, ilustra pormenorizadamente os resultados obtidos:

Tabela 13: Caracterização sociodemográfica

Variáveis		N	%
Sexo	Feminino	55	55,6
	Masculino	44	44,4
	Total	99	100,0
Habilitações Literárias ²⁹	Letrados	3	3,0
	Básico 1º Ciclo	32	32,3
	Básico 2º Ciclo	31	31,3
	Básico 3º Ciclo	22	22,2
	Secundário	3	3,0
	Não responderam	8	8,1
	Total	99	100,0
Idade	Média = 32,99; Desvio Padrão = 17,23; Idade Mínima = 12; Idade Máxima = 74		
	]12-20] ³⁰	36	36,4
	[21-24]	5	5,05
	[25-44]	32	32,3
	[45-64]	21	21,2
	[65 e mais]	5	5,05
	Total	99	100,0
Situação Profissional ³¹	Activos	20	20,2
	Desempregados	21	21,2
	Estudantes	42 ³²	42,4
	Domésticas	8	8,1
	Pensionistas	8	8,1
	Total	99	100

²⁹ Foi constatado que um número relativo de sujeitos (n=17), apesar de no questionário sociodemográfico afirmar ter um nível de escolaridade, no momento anterior ao preenchimento dos instrumentos, declarou ser analfabeto. Neste sentido, a investigadora considerou ser o mais correcto propor a esses elementos que lhes fossem lidas as questões, num local seguro, de modo a não limitar a investigação.

³⁰ A classe etária foi iniciada nos 12 anos, uma vez que os elementos que participaram no estudo tinham de ter idade igual ou superior a 12 anos.

³² Destes 42 estudantes, estão incluídos 9 adultos que se encontram a tirar um curso.

Tabela 13: Caracterização sociodemográfica (continuação)

Variáveis		N	%
Estado Civil			
	Casados	34	34,3
	Solteiros	50	50,5
	Divorciados	6	6,1
	União de Facto	8	8,1
	Viúvos	1	1,0
	Total	99	100,0
Problemas Identificados			
	Problemas Financeiros	16	16,2
	Problemas Familiares	6	6,1
	Problemas de Saúde	2	2,0
	Toxicodependência	2	2,0
	Viver no bairro	1	1,0
	Não Responderam	72	72,7
	Total	99	100,0
Apoio Económico			
	Sim	31	31,3
	Não	68	68,7
	Total	99	100,0
Etapa do Ciclo Vital ³³			
	4.º Etapa – família com filhos adolescentes	22	73,3
	5.ª Etapa – família com filhos adultos	8	26,7
	Total	30	100
Residência			
	Bairro da Rosa	15	50,0
	Bairro do Ingote	15	50,0
	Total	30	100
Configuração familiar ³⁴			
	Nuclear	13	43,3
	Monoparental	4	13,3
	Numerosa	6	20
	Reconstituída	6	20
	Outra ³⁵	1	3,4
	Total	30	100

³³ A etapa do ciclo vital da família foi definida tendo em consideração a idade do filho mais velho do agregado familiar, sendo considerado adolescente, o jovem dos 12 aos 20 anos (*cit. Papalia et al., 2001*).

³⁴ A configuração familiar foi definida de acordo com Manso (2005). Neste sentido, são consideradas famílias nucleares, os agregados constituídos por pai, mãe e dois ou três filhos; as famílias numerosas têm um número superior ou igual a seis elementos; as famílias reconstituídas são aquelas cujos elementos pertenceram a outras famílias (em resultado de divórcio, separação, monoparentalidade ou viuvez) e as famílias monoparentais são constituídas por apenas um elemento do subsistema parental, não havendo a existência do subsistema conjugal.

³⁵ Refere-se a um agregado composto por um elemento da família alargada (avó) e dois elementos do subsistema filial.

A escala do comportamento anti-social e delinquente, foi preenchida pelos elementos mais novos dos agregados familiares do estudo, com mais de 12 anos, um total de 44 sujeitos.

Tabela 14: Idade dos elementos que preencheram a escala do comportamento anti-social e delinquente

Idade	N	%
[12-20]	36	81,8
[21-30]	8	18,2
Total	44	100

Como podemos observar, a maioria dos sujeitos, 81,8%, encontra-se na fase da adolescência, tendo entre 12 e 20 anos.

Tabela 15: Sexo dos elementos que preencheram a escala do comportamento anti-social e delinquente

Sexo	N	%
Masculino	22	50
Feminino	22	50
Total	44	100

Foi efectuada uma análise dos resultados dos comportamentos anti-sociais e delinquentes dos sujeitos, através do número de frequências, ou seja, qual a frequência (de 0 a 9) com que cada elemento respondeu nos 40 itens relativos ao comportamento anti-social e delinquente³⁶.

Através dos resultados obtidos, observámos que grande parte dos sujeitos respondeu maioritariamente na frequência 0 (nunca) em todos os itens da escala, havendo um número reduzido de elementos que afirma praticar comportamentos anti-sociais e delinquentes com alguma gravidade.

Neste sentido, considerámos pertinente, como opção estatística, efectuar um somatório tendo por base as ocorrências e não as frequências, ou seja, 0 e 1 foram convertidos em sim e não. Deste modo, 0 significa que o sujeito afirma não ter nenhum comportamento anti-social e/ou delinquente, 1 significa que pratica um comportamento

³⁶ Anexos VII e VIII.

anti-social e/ou delinquente, 2 significa que pratica dois tipos de comportamentos anti-sociais e/ou delinquentes e assim sucessivamente, sendo que 20 indica que pratica 20 tipos de comportamentos anti-sociais e/ou delinquentes.

Apresentamos de seguida, o número de comportamentos que cada sujeito afirma praticar.

Tabela 16: Média dos comportamentos anti-sociais e delinquentes

	Comportamento Anti-Social	Comportamento Delinquente
N	44	44
Média	6,73	1,66
Moda	0	0
Mínimo	0	0
Máximo	18	15

Como podemos constatar, a média dos comportamentos anti-sociais é de 6,73 e a média dos comportamentos delinquentes é 1,66, sendo que o número de ocorrências mais frequente corresponde a 0 e o número máximo de ocorrências corresponde a 18 tipos de comportamentos anti-sociais e a 15 tipos de comportamentos delinquentes, não havendo, portanto, nenhum elemento que pratique todos os tipos de comportamentos anti-sociais e/ou delinquentes que constam da escala.

Tabela 17: Número de ocorrências do comportamento anti-social

Ocorrências	N	%	} 84%
0	7	16	
1	4	9,1	
3	3	6,8	
4	2	4,5	
5	3	6,8	
6	2	4,5	
7	2	4,5	
8	4	9,1	
9	2	4,5	
10	5	11,4	
11	3	6,8	
12	1	2,3	
13	2	4,5	
14	1	2,3	
15	1	2,3	
16	1	2,3	
18	1	2,3	
Total	44	100	

Do total dos participantes, 16% dos sujeitos afirmam não praticar qualquer tipo de comportamento anti-social, sendo que dos restantes (84%), 9,1% pratica pelo menos um tipo de comportamento anti-social, 11,4 % revela praticar 10 tipos de comportamentos anti-sociais e apenas um elemento pratica 18 tipos de comportamentos anti-sociais (2,3%).

Tabela 18: Número de ocorrências do comportamento delinquente

Ocorrências	N	%	
0	22	50	
1	9	20,5	} 50%
2	4	9,1	
3	3	6,8	
5	2	4,5	
6	1	2,3	
7	1	2,3	
9	1	2,3	
15	1	2,3	
Total	44	100	

Metade dos sujeitos da amostra (50%), afirma não praticar nenhum comportamento delinquente, sendo que dos restantes (50%), 20,5% praticam 1 tipo de comportamento delinquente e apenas 1 sujeito (2,3%) pratica 15 tipos de comportamentos delinquentes.

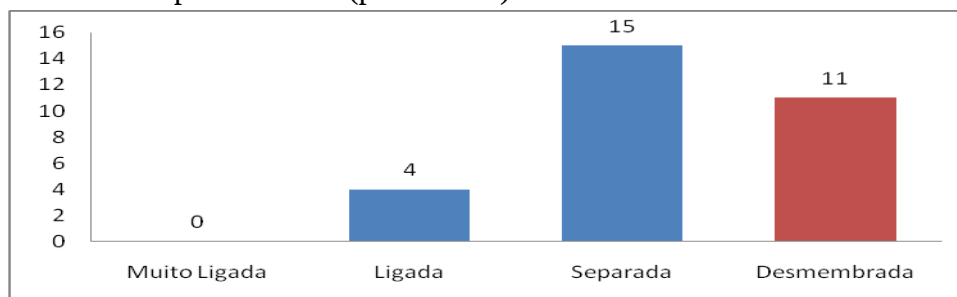
Os resultados obtidos através da escala do comportamento anti-social e delinquente, permitem-nos concluir que 16% dos sujeitos não apresentam qualquer tipo de comportamento anti-social, sendo que os restantes 84% apresentam entre 1 a 18 tipos de comportamentos anti-sociais.

Relativamente ao comportamento delinquente, 50% dos sujeitos não apresentam nenhum tipo deste comportamento, enquanto os restantes 50% apresentam entre 1 a 15 comportamentos delinquentes. Podemos assim observar que os sujeitos praticam mais comportamentos anti-sociais, do que comportamentos delinquentes.

A FACES II foi preenchida por 99 sujeitos, de um total de 30 agregados familiares.

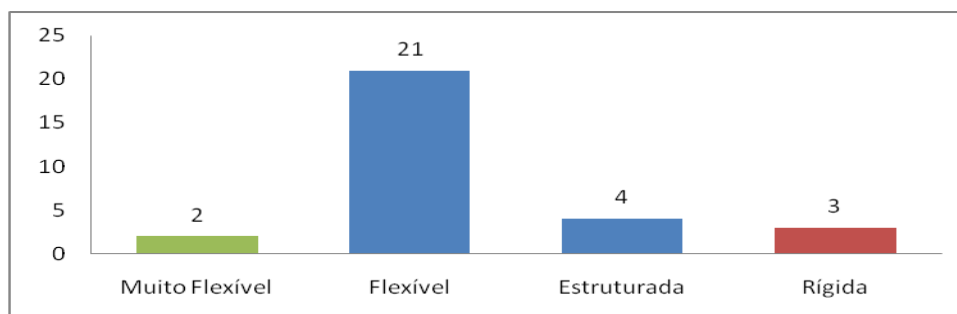
Nos gráficos que se seguem, podemos encontrar os valores gerais obtidos relativamente à coesão, à adaptabilidade e ao tipo de família.

Gráfico 1: Tipo de coesão (por família)



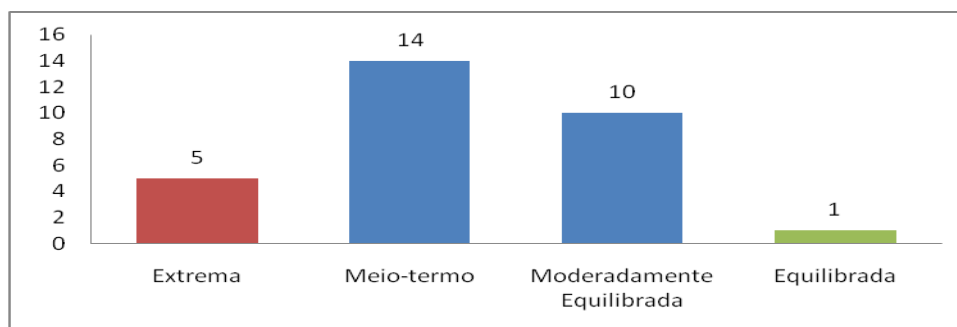
Os resultados obtidos mostram que ao nível da coesão familiar, os valores mais elevados correspondem ao tipo de coesão separada, presente em 15 famílias (50%). Encontrando-se 11 famílias com coesão desmembrada (36,7%) e 4 famílias (13,3%) com coesão ligada, sendo que ao nível da coesão não existem famílias muito ligadas.

Gráfico 2: Tipo de adaptabilidade (por família)



No que diz respeito à adaptabilidade, o tipo predominante é o flexível, presente em 21 famílias (70%). Ao nível da adaptabilidade estruturada, encontra-se em 4 famílias (13,3%). Concluimos ainda que 3 famílias (10%) demonstram uma adaptabilidade rígida e duas famílias (6,7%) uma adaptabilidade muito flexível.

Gráfico 3: Tipo de família³⁷

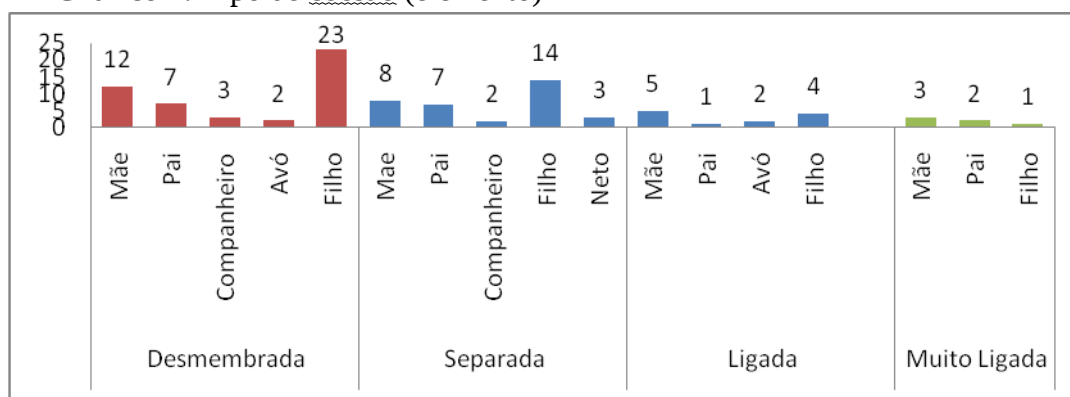


Relativamente ao tipo de família, encontramos 14 famílias de tipo meio-termo (46,7%), seguido de 10 famílias (33,3%) com tipo moderadamente equilibrado. De salientar, apenas a existência de 1 família (3,3%) de tipo equilibrado e 5 famílias (16,7%) de tipo extremo.

Considerámos pertinente analisar os resultados individuais dos 99 sujeitos, pertencentes aos 30 agregados familiares que preencheram a FACES II.

Como foi visto anteriormente, em termos médios, a maioria das famílias da nossa amostra posiciona-se no tipo de coesão separada (15 famílias), seguindo-se 11 famílias com coesão desmembrada.

Gráfico 4: Tipo de coesão (elemento)

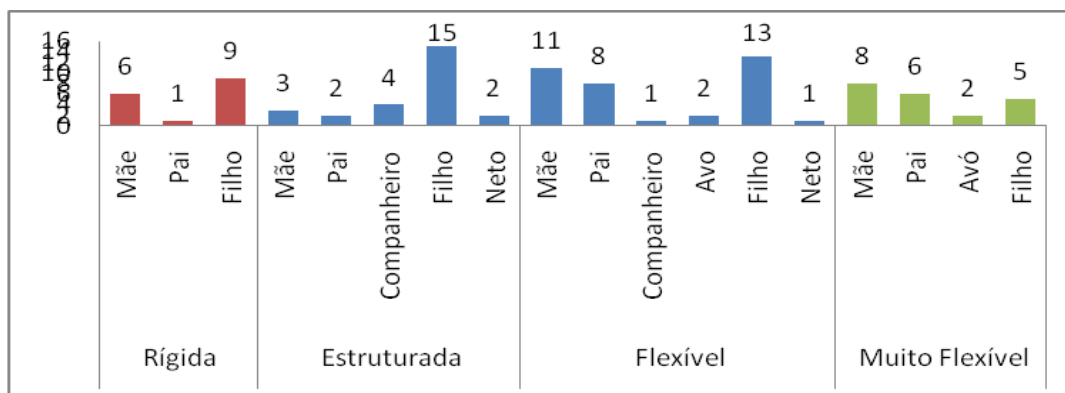


No entanto, como podemos observar através do gráfico 4, em termos individuais, a maioria dos sujeitos apresenta uma percepção de coesão desmembrada ($n=47$) sendo o subsistema filial, aquele que apresenta valores mais elevados neste tipo ($n=23$). Relativamente à coesão muito ligada, em termos médios não se encontram famílias deste

³⁷ O tipo de família é alcançado através da seguinte fórmula: $(\text{Coesão} + \text{Adaptabilidade}) / 2 = \text{Tipo de Família}$ (cit. Lourenço, 1996).

tipo. Contudo, individualmente, encontramos 6 sujeitos que percebem este tipo de coesão, sendo aqui o subsistema parental quem percebe mais positivamente o funcionamento da sua família (n=5).

Gráfico 5: Tipo de adaptabilidade (elemento)

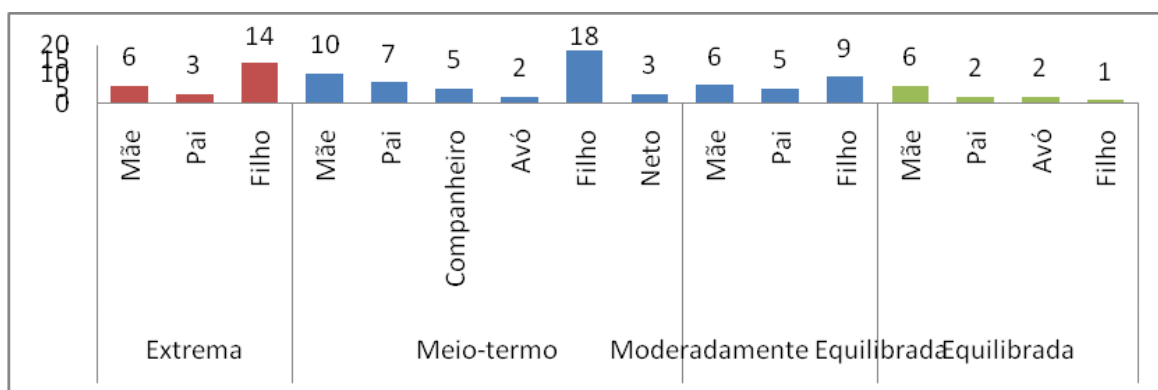


Ao nível da adaptabilidade, em termos médios, a maioria das famílias posiciona-se no tipo de adaptabilidade flexível (n= 21). Em termos individuais a maioria dos sujeitos (n=36) apresenta igualmente o mesmo tipo de adaptabilidade.

Relativamente à adaptabilidade rígida, os resultados médios apontam para 3 famílias deste tipo, e individualmente existem 16 sujeitos que percebem a adaptabilidade da mesma forma, sendo a maioria pertencente ao subsistema filial (n=9).

No que concerne à adaptabilidade muito flexível, em termos médios, encontramos 2 famílias nesta posição, mas individualmente temos 21 sujeitos, sendo a maioria pertencente ao subsistema parental (n=14). Conclui-se que é o subsistema parental, que percebe mais positivamente o seu funcionamento familiar.

Gráfico 6: Tipo de família (elemento)



Relativamente ao tipo de família, em termos médios a maioria das famílias posiciona-se na globalidade no tipo de família meio-termo ($n=14$) e, individualmente, a maioria dos sujeitos ($n=45$) percepciona também este tipo de família.

Quanto ao tipo de família equilibrada, em termos médios encontramos este tipo presente numa família e a nível individual 11 sujeitos percepcionam pertencer a este tipo de família (sendo a maioria, 8 elementos ao subsistema parental).

Relativamente ao tipo de família extrema, os resultados médios apontam para a existência de 5 famílias nesta tipologia³⁸ e os resultados individuais demonstram que 23 sujeitos pertencem ao mesmo tipo (sendo a maioria, 14 elementos, pertencentes ao subsistema filial).

Decidimos ainda analisar a discrepância das percepções do funcionamento familiar entre os elementos de uma mesma família quanto à coesão, à adaptabilidade e ao tipo de família. Para tal, calculámos a discrepância em cada família, em torno da média, ao nível da coesão, da adaptabilidade e do tipo de família.

De acordo com os resultados obtidos, das 5 famílias com o tipo de família extremo, 4 não apresentam discrepâncias relativamente à percepção da coesão, da adaptabilidade e do tipo de família, sendo que apenas 1 família apresenta discrepância entre os seus elementos ao nível da coesão, adaptabilidade e tipo de família.

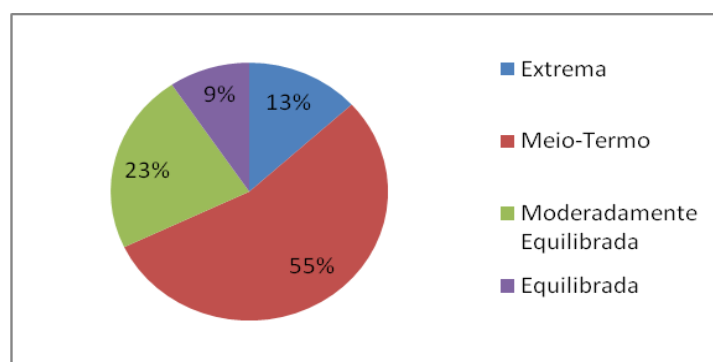
Contudo, as famílias que apresentam um nível elevado de discrepância relativamente à coesão ($n=13$) situam-se maioritariamente na coesão separada ($n=8$). Destas 13 famílias, 7 apresentam elevados níveis de discrepância relativamente à adaptabilidade, sendo que a maioria se situa na adaptabilidade flexível ($n=6$). Quanto ao

³⁸ As 5 famílias extremas são compostas por 16 elementos (7 elementos do subsistema filial e 9 do subsistema parental).

tipo de família, das 13 famílias iniciais, 6 apresentam elevados níveis de discrepância, situando-se maioritariamente no tipo moderadamente equilibrado (n=3).

Apresentaremos de seguida, as correlações efectuadas entre os comportamentos anti-sociais e delinquentes e o funcionamento das famílias.

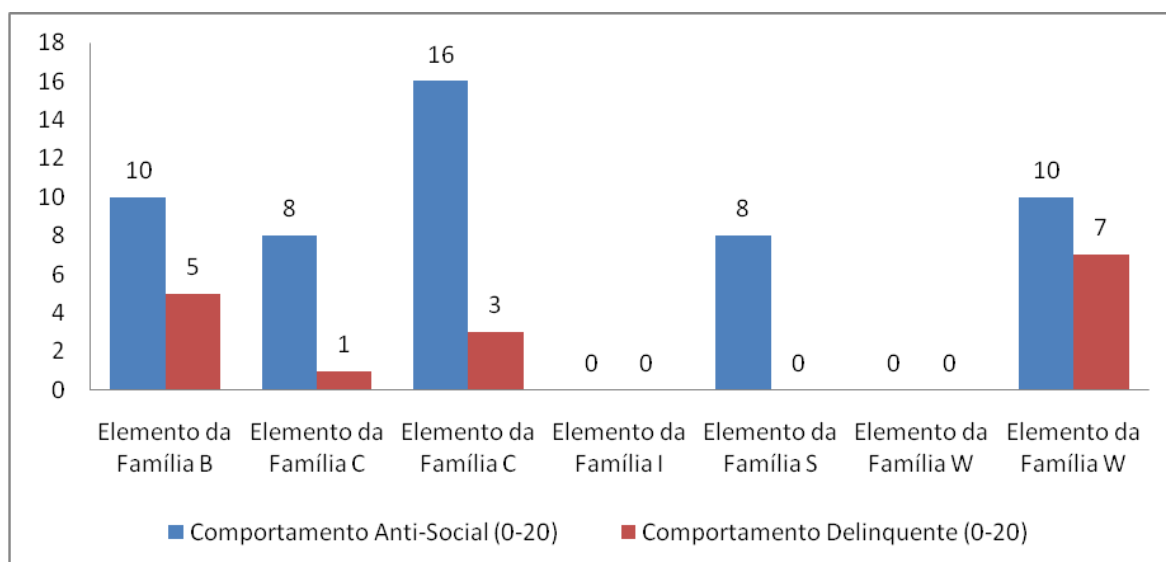
Gráfico 7: Número de elementos que preencheram a escala dos comportamentos anti-sociais e delinquentes e seu respectivo tipo de família



Relativamente às correlações efectuadas entre o funcionamento familiar e a ocorrência do comportamento anti-social e delinvente, podemos concluir que dos 44 sujeitos que preencheram a escala do comportamento anti-social e delinvente, 13% (n=7) pertencem às 5 famílias de tipo extremo, sendo que 55% (n= 20) encontram-se no tipo de família meio-termo, seguindo-se 23% de jovens (n=12) que pertencem a famílias de tipo moderadamente equilibrada e 9% (n=5) que fazem parte do tipo de família equilibrada.

Tendo em consideração os objectivos da presente investigação, ou seja, verificar a relação entre a presença de comportamentos anti-sociais e delinquentes com o disfuncionamento familiar, julgámos ser pertinente observar precisamente esses aspectos, ou seja, iremos analisar pormenorizadamente os tipos de comportamentos dos sujeitos pertencentes às famílias de tipo extremo.

Gráfico 8: Comportamento anti-social e delinquente dos elementos pertencentes às 5 famílias de tipo extremo



Podemos observar que dos sujeitos pertencentes às famílias extremas ($n=7$), 2 elementos afirmam não praticar qualquer tipo de comportamento anti-social e delinquente, existindo 5 elementos que praticam entre 8 a 16 tipos de comportamentos anti-sociais e 4 elementos que praticam entre 1 a 7 tipos de comportamentos delinquentes.

Tabela 19: Comportamento anti-social e delinquente dos elementos pertencentes às 5 famílias de tipo extremo e relação com outras variáveis

Elemento da Família	Comportamento Anti-Social (0-20)	Comportamento Delinquente (0-20)	Idade	Sexo	Configuração Familiar
B	10	5	15	Masculino	Nuclear
C	8	1	30	Masculino	Nuclear
C	16	3	16	Masculino	Nuclear
I	0	0	15	Feminino	Monoparental
S	8	0	23	Feminino	Reconstituída
W	0	0	16	Feminino	Nuclear
W	10	7	21	Feminino	Nuclear

Relativamente ao comportamento anti-social, existem 5 elementos que o praticam, sendo a maioria do sexo masculino, de idade adulta e pertencente à configuração família nuclear.

No que se refere ao comportamento delinquente, temos 4 elementos que o praticam, sendo os mesmos que praticam comportamentos anti-sociais, com exceção de um elemento que pertence à configuração família reconstituída.

Considerámos pertinente analisar quais os resultados mais elevados ao nível do comportamento delinquente e anti-social, tendo em conta a amostra total (n=44) e constatámos que estes sujeitos, maioritariamente, não fazem parte das famílias de tipo extremo. O elemento com mais comportamentos delinquentes, afirma praticar 15 tipos desse comportamento e igualmente 15 tipos de comportamentos anti-sociais. O sujeito é do sexo masculino, encontra-se na fase da adolescência, com 16 anos e pertence a uma configuração familiar da qual fazem parte uma avó e um elemento do subsistema fraternal. O sujeito com mais comportamentos anti-sociais, afirma praticar 18 tipos desse comportamento e 6 tipos de comportamento delinquente. Este elemento é do sexo masculino, encontra-se igualmente na fase da adolescência, com 18 anos e faz parte de um agregado familiar numeroso. De salientar que estes dois elementos, percepcionam a família ao nível da coesão como separada e ao nível da adaptabilidade como estruturada. Em termos familiares, estes dois jovens encontram-se no tipo de família moderadamente equilibrada.

Podemos, portanto, concluir que apesar da maioria dos elementos pertencentes às famílias de tipo extremo apresentarem comportamentos anti-sociais e delinquentes, certo é que existem sujeitos que praticam numerosos tipos destes comportamentos, que não percepcionam as suas famílias como disfuncionais.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente estudo, não foram encontrados valores elevados de comportamentos anti-sociais e delinquentes e no mesmo sentido, não encontramos um grande número de famílias que se percepcionem como tendencialmente disfuncionais/extremas, tendo em consideração a amostra estudada e as problemáticas a ela associadas. No entanto observam-se alguns resultados que merecem discussão.

Relativamente à nossa amostra e às suas características, parece importante sublinhar que o nível de instrução é relativamente baixo, uma vez que a maioria dos elementos (32,3%) concluiu o 1.º ciclo do ensino básico, seguido de 31 elementos (31,3%) com o 2.º ciclo do ensino básico e de 22 elementos (22,2%) com o 3.º ciclo do ensino básico. Este aspecto vai de encontro à teoria de Bekovic (Bekovic *et al.*, 2003), que defende que um dos aspectos que pode influenciar a educação dos filhos, está relacionado com o baixo nível de escolaridade dos pais. Os nossos resultados encontram-se próximos do estudo de Azevedo (1981, *in* Fleming, 2005), onde as famílias dos jovens oficialmente designados como delinquentes são maioritariamente caracterizadas por baixos níveis de escolaridade.

No que concerne à configuração familiar, as famílias do nosso estudo pertencem maioritariamente à configuração família nuclear. De salientar que os nossos resultados são distintos dos resultados presentes no estudo efectuado por Azevedo (1981, *in* Fleming, 2005), na medida em que neste último, os comportamentos anti-sociais/delinquentes se encontram associados a jovens que vivem separados de um ou de ambos os pais, e no nosso estudo, a maioria dos elementos que pratica comportamentos anti-sociais e delinquentes pertence à configuração família nuclear. De acordo com Bekovic (Bekovic *et al.*, 2003) e Glueck (1950, *in* Born, 2005) as famílias monoparentais, tendencialmente, têm mais dificuldades na gestão educacional dos seus filhos, contudo no nosso estudo, esta teoria também não foi comprovada, uma vez que existem 6 famílias monoparentais, sendo que apenas 1 agregado familiar percepciona um tipo de família extrema (coesão desmembrada e adaptabilidade rígida), e o elemento que preencheu a escala dos comportamentos anti-sociais e delinquentes afirma não praticar nenhum tipo de comportamento anti-social e delinvente. Podemos ainda observar a presença de 6 famílias reconstituídas, sendo que apenas 1 pertence ao tipo de família extrema e o elemento do

subsistema filial afirma praticar 8 tipos de comportamentos anti-sociais e nenhum tipo de comportamento delinquente. Relativamente às famílias numerosas, apesar de serem inúmeras vezes referenciadas nos estudos com jovens com comportamentos anti-sociais e delinquentes (*cit. Azevedo, 1981; Agra et al., 1993*), esse mesmo dado não se confirma no nosso estudo, uma vez que das 6 famílias numerosas, nenhuma se encontra no tipo de família extremo.

Analisando os resultados da escala do comportamento anti-social e delinquente, observamos que 84% dos sujeitos afirmam praticar entre 1 a 18 tipos de comportamentos anti-sociais e 50% entre 1 a 15 tipos de comportamentos delinquentes. Podemos então referir que mais de metade da nossa amostra pratica comportamentos anti-sociais e metade comportamentos delinquentes.

Relativamente aos comportamentos anti-sociais e delinquentes dos elementos pertencentes às famílias de tipo extremo, observamos que dos 7 indivíduos, 5 praticam entre 8 a 16 tipos de comportamentos anti-sociais e 4 indivíduos entre 1 a 7 tipos de comportamentos delinquentes, ocorrendo assim uma maior prática de comportamentos anti-sociais, quer ao nível dos sujeitos que os praticam, quer ao nível do número de tipos de comportamentos. Observamos que existem 2 elementos que não praticam comportamentos anti-sociais e delinquentes, sendo estes elementos do sexo feminino, encontrando-se na fase da adolescência e pertencendo a configurações familiares nuclear e monoparental.

Em suma, concluímos do nosso estudo, que a maioria dos elementos das famílias extremas, apresenta comportamentos anti-sociais e delinquentes, sendo que os comportamentos anti-sociais são mais frequentes que os delinquentes. Os elementos que mais o praticam pertencem em média à idade adulta e são do sexo masculino, indo de certa forma, estes resultados, de encontro à teoria apresentada por Fonseca (2000), pois quando o comportamento anti-social é observado na adolescência, pode ser considerado um fenómeno normativo, sendo que na idade adulta tendem a abandonar esses comportamentos, aspecto este não observado nos nossos resultados. Nos elementos pertencentes às famílias extremas, podemos ainda observar, relativamente ao comportamento anti-social, que existe por parte dos sujeitos que os praticam, uma relativa diversidade de práticas anti-sociais (entre 8 a 16 tipo de comportamentos), o que sugere

uma maior probabilidade de desenvolverem futuramente, comportamentos graves e persistentes, de acordo com a teoria de Loeber & Hay (1994, *in* Verhulst, 2004).

De acordo com a teoria de Moffitt, desenvolvida anteriormente (1993, 2000, *in* Fonseca, 2000), dos 7 elementos das nossas famílias extremas, colocamos como hipótese que a maioria dos que praticam comportamentos anti-sociais e delinquentes pertencem à tipologia comportamento anti-social persistente ao longo da vida, em oposição ao comportamento anti-social limitado à adolescência, tendo em conta que dois adultos praticam comportamentos anti-sociais e delinquentes e um adulto pratica comportamentos delinquentes (existindo apenas dois adolescentes que praticam ambos os comportamentos). Segundo os autores, o comportamento anti-social persistente ao longo da vida, é caracterizado por sujeitos provenientes de contextos familiares adversos (*cit.* Verhulst, 2004), por estilos parentais inadequados e pela presença num ambiente social de alto risco (*cit.* Moffitt & Caspi, 2000).

Em suma, os resultados dos comportamentos anti-sociais e delinquentes podem ser entendidos como a presença de um problema - o sintoma delinquencial – que pode organizar as dificuldades familiares – amplificando-as e aumentando as suas fragilidades (*cit.* Ausloos, 1996). De acordo com Alarcão (2002) as famílias com elementos com comportamentos anti-sociais são precisamente caracterizadas como tendo um tipo de coesão desmembrada, no sentido em que há uma excessiva abertura do sistema, ou seja, movimentos centrífugos, factor que pode conduzir à disfuncionalidade familiar, bem como à comunicação disfuncional entre os elementos, onde os comportamentos substituem as palavras. Ainda de acordo com os estudos apresentados, podemos concluir que estes resultados vão de encontro ao estudo realizado por Simons (Simons *et al.*, 1989, *in* Lopes, 1995), onde concluíram haver uma forte relação entre a rejeição parental e a delinquência (associadas à coesão desmembrada), bem como ao estudo de Leflore (1988, *in* Lourenço, 2004) em que os jovens delinquentes têm percepções negativas da sua família, apresentando baixos níveis de coesão.

Os resultados da FACES II mostram-nos, maioritariamente, famílias com coesão separada, adaptabilidade flexível e tipo de família meio-termo.

Relativamente à coesão familiar, os dados obtidos revelam um maior número de famílias separadas (15), seguindo-se 11 famílias desmembradas e 4 famílias ligadas.

Os resultados das 15 famílias separadas (50%) e das 4 famílias ligadas (13,3%), mostram que existe da sua parte uma propensão para se situarem nos valores intermédios ao nível da coesão, apresentando um equilíbrio instável. Podemos comparar estes resultados com os resultados obtidos no estudo de Fernandes³⁹ (1995) onde 20,7% das famílias apresentam uma coesão separada e 37,9% uma coesão ligada e concluir que as famílias do nosso estudo apresentam valores mais elevados, tendo assim uma tendência para “funcionarem entre a patologia e a saúde sem se situarem nos limites destas situações” (*cit. in* Fernandes, 1995, p. 268).

Quanto à coesão desmembrada, os resultados apontam para 11 famílias deste tipo. Estas famílias são potencialmente disfuncionais, caracterizando-se por interações, onde os seus elementos apresentam um comportamento excessivamente autónomo relativamente aos outros elementos do sistema familiar, bem como uma ausência de laços emocionais (*cit. Minuchin, 1974; Alarcão, 2002*). Ainda de acordo com Bénoit (Bénoit *et al.*, 1988, *in* Fernandes, 1995, p.181), nas famílias com coesão desmembrada, “os papéis parentais são instáveis, apesar de uma rigidez aparente, e os filhos são afectivamente autónomos, apesar da sua imaturidade”. No entanto, é precisamente neste modo relacional que se desenvolvem as crianças/adolescentes com comportamentos anti-sociais e delinquentes. Ou seja, a existência de um baixo comprometimento emocional entre os elementos do sistema, provoca mais falhas na capacidade de proporcionar aos seus elementos um sentimento de pertença.

Comparando mais uma vez os nossos resultados, com os resultados obtidos por Fernandes (1995), onde 10,4% das famílias percepcionam uma coesão desmembrada, podemos notar uma maior existência de famílias tendencialmente disfuncionais no nosso estudo, 36,7% famílias.

³⁹ O estudo de Fernandes (1995), teve como principal objectivo validar a FACES II para a população portuguesa, através de um estudo efectuado com população não migrante do concelho de Chaves e com uma população portuguesa no Cantão de Genebra. Os resultados apresentados, são portanto relativos à população portuguesa de Chaves (n=87).

Relativamente à adaptabilidade familiar, os resultados mostram um maior número de famílias flexíveis (21), seguindo-se 4 famílias estruturadas, 3 famílias rígidas e 2 famílias muito flexíveis.

Os resultados das 21 famílias com adaptabilidade flexível e das 4 famílias com adaptabilidade estruturada, revelam que a maioria da nossa amostra encontra-se, tendencialmente nos níveis intermédios da adaptabilidade, ou seja, tal como na coesão separada e ligada, estas famílias revelam a mesma tendência para um funcionamento instável. Relativamente ainda à adaptabilidade estruturada, a possível capacidade adaptativa das famílias, pode também ser observada, relativamente ao comportamento anti-social, como uma capacidade do subsistema parental em se adaptar ao comportamento do filho, promovendo uma certa naturalização do mesmo (*cit. Manso, 2005*).

Os resultados do estudo de Fernandes (1995) apontam para 13,8% de famílias com adaptabilidade estruturada e 50,6% famílias com adaptabilidade flexível. Relativamente ao primeiro tipo, os resultados não são muito diferentes, uma vez que os nossos resultados apontam para 13,3% de famílias com adaptabilidade estruturada. Contudo, no nosso estudo existe uma maior percentagem de famílias (70%) com adaptabilidade flexível.

As 3 famílias que apresentam uma adaptabilidade rígida podem ser potencialmente disfuncionais, caracterizando-se pela imobilidade, ou seja, pela incapacidade de mudarem e de se adaptarem face às necessidades inerentes do ciclo vital da família, sendo que os papéis e regras familiares são rígidos. De salientar que duas destas famílias, encontram-se na 5.^a ECVF, factor que realça ainda mais a sua dificuldade de mudança e de adaptação necessárias nesta etapa, nomeadamente, facilitar a saída dos filhos de casa, bem como renegociar a conjugalidade.

Comparando mais uma vez os nossos resultados, com os resultados obtidos no estudo de Fernandes (1995), verificamos neste último uma menor percentagem de famílias com adaptabilidade rígida – 5,7%, comparativamente com as famílias do nosso estudo – 10%. O estudo de Fernandes (1995) apresenta uma maior percentagem de famílias equilibradas ao nível da adaptabilidade – 29,9%, revelando uma maior tendência de disfuncionalidade nas famílias do nosso estudo, uma vez que existem apenas 6,7% famílias com adaptabilidade muito flexível.

No que diz respeito ao tipo de família, a maioria das famílias do nosso estudo apresentam um tipo de funcionamento meio-termo (14 famílias - 46,7%) e moderadamente equilibrado (10 famílias – 33,3%), correspondendo a “um equilíbrio instável entre a

morfofostase e a morfogénese⁴⁰, entre a patologia e a saúde” podendo assim originar o aparecimento de comportamentos sintomáticos (*cit. in* Fernandes, 1995, p. 315). Pela precariedade do equilíbrio funcional que as caracteriza, estas famílias podem, com alguma facilidade e em função de perturbações conjunturais do seu desenvolvimento, organizar formas de funcionamento sintomático.

Relativamente ao tipo de família extremo, são apresentadas 5 famílias (16,7%), consideradas disfuncionais e no que concerne ao tipo de família equilibrada, apenas 1 família (3,3%). Os nossos resultados revelam assim uma maior percentagem de famílias extremas, comparativamente com os resultados do estudo de Fernandes (1995), uma vez que 16,7% das nossas famílias são deste tipo e no estudo de Fernandes, apenas 3,5% das famílias pertenciam a esta categoria. Ainda no seu estudo, as famílias apresentam-se mais funcionais, com 32,2% das famílias no tipo de família equilibrada, enquanto no nosso estudo encontramos apenas 3,3%.

Relativamente à análise dos resultados das percepções individuais do funcionamento familiar dos 99 participantes, observámos que os resultados médios das famílias tendem a esconder (desvalorizar) os resultados individuais. Ou seja, existe uma discrepância entre os resultados individuais e os resultados médios obtidos pelas famílias. Este aspecto revela-se particularmente na coesão (desmembrada e muito ligada) e na adaptabilidade (muito flexível e rígida), sendo que o subsistema filial apresenta uma maior percepção negativa relativamente ao funcionamento do seu sistema familiar.

Estes dados podem pressupor uma falha do sistema familiar, e nomeadamente do subsistema parental, no que concerne à realização da primeira tarefa familiar – a função interna, que visa promover o sentimento de pertença dos seus elementos, bem como proporcionar-lhes segurança, promover a individuação e protecção. Sendo o subsistema filial, aquele onde surgem mais frequentemente os comportamentos sintomáticos, estas diferenças na percepção (mais negativa) do funcionamento familiar (ao nível da coesão desmembrada, da adaptabilidade rígida e do tipo de família extrema), comparativamente com o subsistema parental, que percebe mais positivamente este funcionamento familiar (através da coesão muito ligada, da adaptabilidade muito flexível e do tipo de

⁴⁰ A morfofostase diz respeito a mudanças de tipo I, ou seja, a uma mudança para a não mudança que “as famílias fazem para manterem inalterável a sua estrutura” e a morfogénese consiste em mudanças de tipo II, ou seja, a mudança para a mudança, caracterizada pela “capacidade do sistema mudar o seu sistema de regras de funcionamento” (*cit. in* Fernandes, 1995, p.60).

família equilibrada), podem justificar a adopção dos referidos comportamentos como mecanismo de gestão/equilíbrio e apelo face às dificuldades vividas. Estes resultados podem estar relacionados com a transgeracionalidade familiar, no sentido em que existe uma aprendizagem de geração em geração do padrão de funcionamento, que pode agir como elemento normativo das percepções dos pais, pela influência das suas anteriores experiências de vida, na sua família de origem. Relativamente ao subsistema filial, a sua percepção negativa do funcionamento familiar, pode ainda estar relacionada com a hostilidade e a falta de afecto, manifestadas pelo subsistema parental (Hetherington *et al.*, 1971, *in* Lourenço, 2004).

Quanto à discrepância familiar encontrada entre os elementos de uma mesma família, as percepções são mais unânimes nas famílias de tipo extremo. Curiosamente, estas famílias, na sua maioria, não apresentam discrepância entre os seus elementos, ou seja, a maioria percebe o seu funcionamento como tendencialmente disfuncional, havendo uma concordância nas suas respostas e subentendendo-se alguma consciência do seu funcionamento. Podemos ler os resultados encontrados, equacionando a possibilidade das discrepâncias que ocorrem nas famílias de tipo equilibrado e moderadamente equilibrado, se associarem a diferentes perspectivas dos elementos que no contexto familiar criam espaço para se manifestar, o que deixa antever algumas potencialidades ao nível da comunicação e da aceitação das diferentes perspectivas dos vários elementos da família no contexto familiar. No caso dos funcionamentos extremos, pressupõe-se que a centralidade das dificuldades sentidas nas dinâmicas familiares, limitam ou condicionam de tal forma as interacções, as visões e as narrativas da família que todos os elementos, acabam por relatar, na percepção e avaliação do seu funcionamento, as dificuldades que marcam o funcionamento familiar.

Podemos portanto concluir do presente estudo, que os jovens que percebem de forma negativa as suas famílias, quer ao nível da coesão ou da adaptabilidade, o que se irá traduzir na percepção disfuncional da mesma (tipo de família extrema), afirmam, maioritariamente, praticar comportamentos anti-sociais e delinquentes. Os nossos resultados vão igualmente de encontro ao estudo realizado por Glueck (1950, *in* Costa, 1976), onde os jovens delinquentes apresentam um inadequado relacionamento familiar.

Paralelamente aos resultados do estudo efectuado por Olson (Olson *et al.*, 1985, 1989, *in* Fernandes, 1995), os dados do nosso estudo, revelam que existe uma relação entre a percepção do tipo de família extremo e a presença de elementos delinquentes.

Há semelhança dos dados apresentados na nossa investigação, encontramos o estudo de Fleming (Fleming *et al.*, 2005, *in* Fleming, 2005) onde se concluí não existir relação entre a prática de comportamentos delinquentes e a distorção do anel familiar, conceito que nos remete em particular para alterações/perturbações na estrutura e configuração familiar, aspecto comprovado pelo facto de as famílias estudadas pertencerem maioritariamente à configuração família nuclear.

5. CONCLUSÕES

Como podemos constatar, os resultados obtidos não vão inteiramente ao encontro dos pressupostos teóricos defendidos, tendo em conta que a maioria dos estudos associam o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais a famílias provenientes de meios desfavorecidos, com estruturas familiares disfuncionais, com características sócio-económicas de nível baixo, bem como a pertença a famílias numerosas.

As famílias do nosso estudo não têm a percepção de serem maioritariamente disfuncionais, tendo em conta que 46,7% pertencem ao tipo de família meio-termo, 33,3% ao tipo de família moderadamente equilibrado, 3,3% ao de tipo de família equilibrada e 16,7% ao de tipo de família extrema.

Sublinhamos a discrepância encontrada entre o subsistema parental e o subsistema filial, relativamente à percepção do funcionamento familiar, no sentido em que o subsistema filial apresenta uma percepção mais negativa do seu funcionamento familiar, ao passo que o subsistema parental, percebe maioritariamente um funcionamento familiar positivo, apresentando a maioria destas famílias um tipo de família moderadamente equilibrada.

Relativamente aos comportamentos anti-sociais e delinquentes, dos 44 elementos que preencheram a escala dos comportamentos anti-sociais e delinquentes, 84% afirmam praticar entre 1 a 18 tipos de comportamentos anti-sociais e 50% entre 1 a 15 comportamentos delinquentes. Constatamos que as famílias extremas, apresentam elementos com comportamentos anti-sociais e delinquentes, não havendo, entre os seus elementos discrepâncias, ou seja, todos os seus elementos percebem o seu funcionamento como disfuncional.

Tendo em consideração os resultados obtidos, nos quais não encontramos uma relação determinante entre funcionamento familiar e comportamento anti-social e delincente (no sentido em que, apesar dos elementos do subsistema filial pertencentes às famílias extremas, praticarem comportamentos anti-sociais e delinquentes, existe um número considerável de sujeitos que pratica esses comportamentos, mas que cujo funcionamento familiar não se enquadra nas famílias extremas) são colocadas algumas hipóteses explicativas dos dados obtidos:

O primeiro aspecto diz respeito à possibilidade de enviesamento dos dados, no sentido em que tendo em conta a problemática estudada as famílias podem ter ocultado

alguns aspectos menos positivos relativamente à realidade das suas dinâmicas familiares e dos seus comportamentos, com o intuito de defenderem a sua identidade, assim como a identidade do bairro em que se inserem. Podem igualmente sentir-se menos protegidos face à possibilidade de “punição” e nesse caso preferem responder de forma socialmente aceitável/desejável. De referir que muitos elementos mostraram-se desconfiados quanto ao futuro dos dados fornecidos nos instrumentos de avaliação, apesar do total esclarecimento dos fins dos resultados da referida investigação. Mesmo assim, foi notória alguma falta de exactidão em alguns dados, nomeadamente relativamente ao apoio recebido e aos problemas identificados (com receio de que em virtude do que pudessem responder, surgisse uma entidade que fosse reparar esses danos, o que iria alterar toda a sua estabilidade ou retirar algo).

Constatámos ainda que apesar da FACES II ser referida como o melhor método de análise no funcionamento das famílias, alguns aspectos não são contemplados, como por exemplo as questões sobre o impacto do meio envolvente, os aspectos individuais e os aspectos culturais das famílias, aspectos que sabemos serem fundamentais na compreensão do funcionamento familiar e na avaliação da sua capacidade adaptativa. Um aspecto bastante fulcral associado ainda ao instrumento, que até ao momento não foi colmatado, prende-se com a questão da escala não permitir avaliar os tipos de coesão emaranhada e de adaptabilidade caótica, factor que, a ser avaliado e a ocorrer poderia ditar o rumo dos nossos resultados, caso esses itens fossem captados. Outro aspecto refere-se ao facto do instrumento avaliar o funcionamento das famílias, relativamente ao momento presente, o que implica algumas limitações na generalização dos dados relativamente ao funcionamento familiar ao longo do tempo. Sabemos que a avaliação da funcionalidade familiar faz-se a partir da sua capacidade de responder aos desafios do momento actual da vida familiar mas, também, através da capacidade que a família foi desenvolvendo (ou não) ao longo do tempo e das crises com que se deparou de ultrapassar, complexificando-se, as exigências do seu desenvolvimento. A FACES II não permite avaliar a qualidade adaptativa e evolutiva do funcionamento familiar ao longo do tempo. Consideramos que para colmatar esta limitação associada ao instrumento, poderá igualmente ser utilizado outro método complementar de avaliação, nomeadamente o estudo de caso, bem como entrevistas semi-estruturadas, devendo sempre prevalecer uma análise multifactorial.

O terceiro aspecto pode estar relacionado com a possibilidade das teorias sobre os comportamentos anti-sociais e delinquentes e o funcionamento familiar se encontrarem

desfasadas da realidade actual ou do contexto específico do estudo, tendo em consideração a heterogeneidade dos comportamentos anti-sociais e as constantes mudanças em função do contexto sociocultural a que as famílias estão sujeitas, influenciando desse modo as suas dinâmicas relacionais. O nosso estudo demonstra este aspecto, no sentido em que os nossos resultados estão muito próximos dos dados obtidos no recente estudo de Fleming (*et al., cit. in Fleming, 2005*) que revela não existir relação entre os comportamentos anti-sociais e delinquentes e a distorção do anel familiar. Os seus resultados apontam ainda para a relação entre a presença de comportamentos e a pertença a classes socioeconómicas elevadas, à boa inserção dos pais no mercado de trabalho, bem como ao próprio sucesso escolar dos jovens.

O quarto aspecto diz respeito à possibilidade destas famílias terem sido, num momento anterior, tendencialmente disfuncionais, mas em virtude do trabalho que tem sido realizado pelas entidades/instituições com quem trabalham directamente terem ocorrido mudanças no seu funcionamento, num sentido claramente adaptativo.

Em suma, é do conhecimento geral, que os bairros sociais apresentam características/dinâmicas próprias, muitas vezes associados à ocorrência de crimes, tráfico e consumo de drogas, bem como ao desenvolvimento de comportamentos anti-sociais e delinquentes. Associado a este aspecto, encontra-se outro mais grave que diz respeito ao sentimento de desintegração social e de experiências vividas por estes indivíduos, fora do bairro. Estas situações são desqualificantes e estigmatizantes e podem conduzir o jovem a isolar-se cada vez mais no seu local de residência, identificando-se desse modo, com o grupo de pares da área em que vive. Os indivíduos acabam por experienciar sentimentos de segurança e confiança no seu meio, onde se sentem integrados e não estigmatizados/discriminados.

Não querendo desresponsabilizar os comportamentos destes jovens e atribuir a culpa meramente ao processo complexo em que se encontram envolvidos, o certo é que muitas vezes, são categorizados como anti-sociais e/ou delinquentes e antes de o serem, são-no em virtude do seu contexto sócio-económico e familiar rotulados como tal.

No entanto, um dado adquirido é que a família apresenta um papel fulcral no crescimento e desenvolvimento saudável dos seus elementos. Sabemos que os processos de rotulagem e discriminação social, têm efeitos perversos sobre as famílias e os jovens. Se até um certo momento o comportamento do jovem não apresentava problemas, o mesmo comportamento, associado a um sentimento de exclusão e amplificação dos contextos de

relação relevantes para o jovem e para a família, pode constituir-se como um problema que passa a organizar as retroacções e narrativas familiares e sociais.

Podemos concluir que os comportamentos anti-sociais e delinquentes dos jovens, com toda a violência e desrespeito pelas regras que lhes estão subjacentes, contêm uma componente apelativa que transmite uma mensagem sobre as dificuldades ecossistémicas em causa: individuais, dos jovens que as preconizam, das suas famílias, do funcionamento do contexto social em que vivem e dos paradoxos que lhe estão associados.

Neste sentido, o estudo da problemática exige uma abordagem centrada nas diferentes vertentes do processo delinquencial, incidindo-se no indivíduo, no seu meio, família e nos factores contextuais, associados ao meio em que se encontram.

BIBLIOGRAFIA

Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares – Uma visão sistémica*. 2.^a Edição, Coimbra: Quarteto Editora.

Andolfi, M. (2002). *A Crise do Casal*. Porto Alegre, Artes Médicas.

Associação Psiquiátrica Americana (2002). *DSM – IV - R. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais – Texto Revisto)*. Lisboa: Climepsi Editores, 4.^a Edição.

Ausloos, G. (1996). *A Competência das Famílias – Tempo, Caos, Processo*. Lisboa: Climepsi Editores.

Baldry, A.; Farrington, D. (2000). Bullies e delinquentes: Características Pessoais e Estilos Parentais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. N.º 1, 2 e 3, p. 195-221.

Baptista, M. (2001). *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa – São Paulo: Centro de Investigação em História e Trabalho Social – CPIHTS.

Barker, P. (2000). *Fundamentos da Terapia Familiar*. Lisboa: Climepsi Editores.

Bekovic, M.; Janssens, J.; Van As, N. (2003). Family Predictors of Antisocial Behavior in Adolescence. *Family Process*. N.º 2, Vol. 42, p. 223-235.

Benavente, R. (2002). Delinquência Juvenil: Da Disfunção Social à Psicopatologia. *Análise Psicológica*, N.º 4. Vol. XX, pp. 637-645.

Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. 1.^a Edição, Lisboa: Climepsi Editores.

Carvalho, M. (2003). *Entre as Malhas do Desvio – Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*. Oeiras: Celta Editora.

Cluff, R. *et al.* (1994). Beyond the Circumplex Model: A Moratorium on Curvilinearity. *Family Process* Vol. 33, Dezembro, pp.455-470.

Correia, C. (2009). *Redes sociais da família mutiproblemática ou multidesafios*. Coimbra, Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga.

Costa, R. (1976). *Delinquência Juvenil: Antecedentes*. Porto Alegre: Coleção Chronos.

Daniel, F. (2008). Fidedignidade – Informática e Análise de dados.

Doron, R. & Parot, F. (Coord) (2001). *Dicionário de Psicologia*. Coimbra: Climepsi.

Dundas, I. (1994). The family Adaptability and Cohesion Scale III in a Norwegian Sample. *Family Process*, Vol. 33, Junho, pp. 191-202.

Falceto, O. (1997). *Famílias com desenvolvimento funcional e disfuncional: validação das escalas diagnósticas FACES III, Beavers-Timberlawn e Avaliação Global do Funcionamento Interacional (GARF)*. Universidade federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de medicina. Curso de Pós-graduação em medicina: clínica médica. Porto Alegre.

Falceto, O.; Busnello, E. & Bozzetti, M. (2000). Validação de Escalas diagnósticas do funcionamento familiar para utilização em serviços de atenção primária à saúde. *Revista Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health* 7 (4) p. 255-263.

Farrington, D. (1998). O Desenvolvimento do comportamento Anti-Social e Ofensivo desde a Infância até à Idade Adulta. *Temas Penitenciários – Direcção Geral do Serviços Prisionais*, n.º 2, Vol. 1, p. 7-16.

Farrington, D. (2001). Prevenção Centrada no Risco. *Revista Infância e Juventude*, N.º 3, pp. 9-29.

Fernandes, O. M. (1995). *Família e Emigração: estudo da estrutura e do funcionamento familiar de uma "população" não-migrante do concelho de Chaves e de uma "população" portuguesa no Cantão de Genebra*. Coimbra, Dissertação de Mestrado

em Psicologia Clínica apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Figueiredo, B. (1996). Maus tratos à Criança e ao Adolescente (II). *Psicologia – Teoria, Investigação e Prática*. Junho, Vol. 3, n.º2, pp.

Fleming, M. (2005). *Entre o medo e o desejo de crescer – Psicologia da adolescência*. Porto: Edições Afrontamento.

Fontaine, P. (1985). Familles Saines. *Thérapie Familiale*, 6 (267-282).

Fonseca, A. C. (2000) Comportamentos Anti-sociais: Uma Introdução. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. N.º1, 2 e 3, pp.9-36.

Fonseca, A. C. (2002). (Ed.) *Comportamento Anti-social e Família – Uma abordagem Científica*. Coimbra: Almedina

Fonseca, A. C. (2003) Família, escola e comportamento anti-social: uma visão de conjunto. Fonseca, A.; Albuquerque, C.; Ferreira, A.; Rebelo, J. (Orgs.) *Comportamento Anti-Social: Escola e Família*. Editora Centro de Psicopedagogia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Fonseca, A. C. et al. (2004). *Crianças e Jovens em Risco – da Investigação à Intervenção*. Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Coimbra: Almedina.

Formiga, N. (2003). Adaptação e Validação da Escala de Condutas Anti-Sociais e Delitivas ao Contexto Brasileiro. *Revista Psico*, n.º 34, Vol. 2, p. 367-388.

Formiga, N. (2005). Condutas Anti-Sociais e Delitivas e Relações Familiares em Duas Áreas Urbanas na Cidade de Palmas-TO. *Aletheia*, n.º 22, Julho-Dezembro, p. 63-70.

Gonçalves, R. A. (1994). Família e Desenvolvimento da Delinquência. In Almeida, L. & Ribeiro, I. *Família e Desenvolvimento*. Portalegre APPORT.

Grilo, M. (2003). *Delinquência Juvenil: A Resposta Institucional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra.

Green, R.; Harris, R.; Forte, J. & Robinson, M. (1991). Evaluating FACES III and the Circumplex model: 2,440 families. *Family Process*, Vol. 30, p. 55-73.

Hasui, C.; Kishida, Y. & Kitamura, T. (2004). Factor structure of the FACES III in Japanese university students. *Family Process*, Vol. 43, p. 133-140.

Kazdin, A.; Casal, Gualberto. (2001). *Conduta Anti-Social: Avaliação, Tratamento e Prevenção na Infância e na Adolescência*. Portugal: Editora McGraw-Hill.

Lei Tutelar Educativa 166/99 de 14 de Setembro.

Lopes, S. (1995). *Os Filhos da Privação – A Relação entre as Privações Psicossociais na Primeira e Segunda Infância e o Evoluir para a Patologia Delinquencial*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Lourenço, M. (1996). *Textos e Contextos da Gravidez na Adolescência - A Adolescência, a família e a Escola*. Coimbra, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Lourenço, I. (2004). “Estilos Educativos Parentais e Delinquência Juvenil – Os Efeitos da Permissividade e da Incoerência Educativa”. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciência de Educação da Universidade de Coimbra.

Manso, D. (2005). “Famílias Multiproblemáticas: Uma perspectiva Sistémica sobre o seu Funcionamento Familiar: Um Olhar Sistémico sobre o seu carácter e relacionamento”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra.

Martins, M. (2002). *Uma Crise Acidental na Família: o doente com AVC*. Coimbra: Editora FORMASAU, Formação e Saúde.

Martins, M. J. (2005). Condutas Agressivas na Adolescência: Factores de risco e de Protecção. *Análise Psicológica*, n.º 2, Vol. XXIII, pp. 129-135.

Matos, M. (1996). Adolescer e Delinquir. *Análise Psicológica*, n.º 1, Vol. XIV, p. 23-29.

Minuchin, S. (1974) *Famílias y Terapia Familiar*. Barcelona: Gedisa Editorial.

Moffitt, T. & Caspi, A. (2000). Comportamento Anti-Social persistente ao Longo da Vida e Comportamento Anti-Social Limitada à Adolescência: Seus Preditores e suas Etiologias. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, n.º 1, 2 e 3, p. 65-106.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Coleção Comportamentos. Lisboa: Editorial Notícias.

Olson, D. *et al.* (1983). Circumplex Model of marital and family Systems: VI. Theoretical Update. *Family Process*, Vol. 22, Março.

Olson, D. (1991). Commentary: Three-dimensional (3-D) Circumplex model and revised scoring of FACES III. *Family Process*, vol. 30, p. 74-79.

Olson D.; Tiesel J. (1992), Family Inventories. Inventories Used in a national Survey of Families Across the Family Life Cycle.

Olson, D. (1994) Commentary Curvilinearity Survives: the world is not flat. *Family Process*, vol. 33, Dezembro, p. 471-478.

Papalia, D.; Olds, S. & Feldman, T. (2001). *O Mundo da Criança*. Amadora: Mcgraw-Hill.

Patrício, Â. (2008). “A Pobreza, um Livre Trânsito para a Delinquência Juvenil” Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão.

Programa Operacional de Respostas Integradas. (2008). *Diagnóstico dos bairros da Rosa e do Ingote*. Ministério da Saúde & IDT.

Quivy, R. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Rede Social de Coimbra – Conselho Local de Acção Social de Coimbra. (2005). *Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra*.

Rede Social de Coimbra – Conselho Local de Acção Social de Coimbra. (2004). *Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra*.

Ribeiro, J. (2008). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde*. 2.^a Edição
Legis Editora/Livpsic

Rolim, L. *et al.* (2006). Estudo de Validação da Escala de Avaliação da Coesão e da Adaptabilidade Familiares – III (FACES III) numa amostra portuguesa de doentes com Polineuropatia Amiloidótica Familiar. *Psychologia*, 42, p. 309-327.

Seabra, H. (2005). *Delinquência a preto e branco – estudo de jovens em reinserção*. Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Silva, M.; Costa, B. *et al.* (1989). “Pobreza Urbana em Portugal” Cáritas Diocesana.

Soares, I. (2000). “Introdução à Psicopatologia do Desenvolvimento: questões teóricas e de investigação”, *cit. in* Soares, I. (Coord.) (2000). *Psicopatologia do Desenvolvimento: Trajectórias (in) Adaptativas ao Longo da Vida*. Coimbra: Quarteto Editora.

Soares, I. (2000). “Psicopatologia do Desenvolvimento e Contexto Familiar: Teoria e Investigação das Relações de Vinculação”, *cit. in* Soares, I. (Coord.) (2000). *Psicopatologia do Desenvolvimento: Trajectórias (in) Adaptativas ao Longo da Vida*.

Sousa, L.; Ribeiro, C., Pires, S. (Janeiro 2004). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências e recursos. *Horizontes Sociais*, nº4, Observatório Permanente de Desenvolvimento Social, pp. 9-22.

Verhulst, F. (2004). Crianças em Risco de Comportamentos Anti-Sociais: Dados de um Estudo Longitudinal de 14 anos. Fonseca, A. C. *et al.* (2004). *Crianças e Jovens em Risco – da Investigação à Intervenção*. Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Coimbra: Almedina.

Walsh, F. (2003). Family Resilience: a Framework for Clinical Practice. *Family Process*, 42, 1.

ANEXOS

Anexo I – FACES II

Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar

Instruções:

Leia com atenção as questões seguintes. Decida, para cada uma delas, com que frequência o comportamento descrito ocorre na sua família. Numa escala que vai de 1 (Quase nunca) a 5 (Quase sempre), assinale com uma cruz ou um círculo qual dos pontos 1,2,3,4,5 corresponde a cada uma das questões. Muito obrigado pela colaboração.

		Quase nunca 1	De vez em quando 2	Às vezes 3	Muitas vezes 4	Quase sempre 5
1	Em casa ajudamo-nos uns aos outros quando temos dificuldades	1	2	3	4	5
2	Na nossa família cada um pode expressar livremente a sua opinião	1	2	3	4	5
3	É mais fácil discutir os problemas com pessoas que não são da família do que com elementos da família	1	2	3	4	5
4	Cada um de nós tem uma palavra a dizer sobre as principais decisões familiares	1	2	3	4	5
5	Em nossa casa a família costuma reunir-se toda na mesma sala	1	2	3	4	5
6	Em nossa casa os mais novos têm uma palavra a dizer na definição das regras de disciplina	1	2	3	4	5
7	Na nossa família fazemos as coisas em conjunto	1	2	3	4	5
8	Em nossa casa discutimos os problemas e sentimo-nos bem com as soluções encontradas	1	2	3	4	5
9	Na nossa família cada um segue o seu próprio caminho	1	2	3	4	5
10	As responsabilidades da nossa casa rodam pelos vários elementos da família	1	2	3	4	5
11	Cada um de nós conhece os melhores amigos dos outros elementos da família	1	2	3	4	5
12	É difícil saber quais são as normas que regulam a nossa família	1	2	3	4	5
13	Quando é necessário tomar uma decisão, temos o hábito de pedir a opinião uns aos outros	1	2	3	4	5
14	Os elementos da família são livres de dizerem aquilo que lhes apetece	1	2	3	4	5
15	Temos dificuldade em fazer coisas em conjunto, como família	1	2	3	4	5
16	Quando é preciso resolver problemas, as sugestões dos filhos são tidas em conta	1	2	3	4	5
17	Na nossa família sentimo-nos muito chegados uns aos outros	1	2	3	4	5
18	Na nossa família somos justos quanto à disciplina	1	2	3	4	5
19	Sentimo-nos mais chegados a pessoas que não são da família do que a elementos da	1	2	3	4	5

	família					
20	A nossa família tenta encontrar novas formas de resolver os problemas	1	2	3	4	5
21	Cada um de nós aceita aquilo que a família decide fazer	1	2	3	4	5
22	Na nossa família todos partilham responsabilidades	1	2	3	4	5
23	Gostamos de passar os tempos livres uns com os outros	1	2	3	4	5
24	É difícil mudar as normas que regulam a nossa família	1	2	3	4	5
25	Em casa, os elementos da nossa família evitam-se uns aos outros	1	2	3	4	5
26	Quando os problemas surgem todos fazemos cedências	1	2	3	4	5
27	Na nossa família aprovamos a escolha de amigos feita por cada um de nós	1	2	3	4	5
28	Em nossa casa temos medo de dizer aquilo que pensamos	1	2	3	4	5
29	Preferimos fazer as coisas apenas com alguns elementos da família do que com a família toda	1	2	3	4	5
30	Temos interesses e passatempos em comum uns com os outros	1	2	3	4	5

Anexo II - Escala do Comportamento Anti-Social e Delinquente

Abaixo são apresentados alguns comportamentos que as pessoas podem apresentar no seu dia a dia. Por favor, pedimos-lhe que indique com que frequência os faz. Na escala de resposta abaixo, escreva ao lado de cada frase o número que melhor expressa a intensidade do seu comportamento.

Nunca	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Sempre
--------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---------------

- ___ Fazer brincadeiras maléficas com as pessoas, como empurrá-las para o chão ou tirar-lhes a cadeira quando se vão sentar.
- ___ Sair sem permissão (do trabalho, de casa, ou da escola).
- ___ Pegar às escondidas numa bicicleta, carro ou mota de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir.
- ___ Comer em locais proibidos.
- ___ Incomodar ou fazer barulho nas aulas, lugar público ou de trabalho.
- ___ Roubar roupas de um estendal ou objectos dos bolsos de uma roupa deixada por alguém.
- ___ Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.
- ___ Destruir ou danificar coisas em lugares públicos.
- ___ Responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua).
- ___ Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins.
- ___ Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos.
- ___ Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, trabalho, compromisso, etc.).
- ___ Gastar frequentemente no jogo mais dinheiro do que pode.
- ___ Usar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário numa briga.
- ___ Dizer palavrões ou expressões grosseiras.
- ___ Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros, estando abertos.
- ___ Roubar objectos dos carros.
- ___ Entrar num local proibido (jardim privado, casa vazia, etc.).
- ___ Entrar numa loja que está fechada, e roubar algo ou não.
- ___ Resistir ou brigar para fugir de um polícia.
- ___ Colocar lixo no chão (quando há perto um caixote de lixo).
- ___ Entrar num apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planeado antes)
- ___ Planejar entrar numa casa ou apartamento para roubar coisas de valor.
- ___ Apanhar frutas num jardim ou pomar alheio.
- ___ Pegar às escondidas na bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.
- ___ Quebrar ou mandar para o chão as coisas dos outros.
- ___ Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerantes, telefones públicos, etc.
- ___ Chegar tarde ao trabalho, ou à escola.
- ___ Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa).
- ___ Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas).
- ___ Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou escola) num valor superior a 5 Euros.
- ___ Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão a trabalhar.
- ___ Consumir drogas.
- ___ Enganar (em provas, competição importante, etc.).
- ___ Sujar as ruas ou calçadas e partir garrafas ou virar os caixotes do lixo.
- ___ Entrar num bar proibido ou comprar bebidas proibidas (tendo em conta a idade).
- ___ Tocar à campainha na casa de alguém e sair a correr.
- ___ Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas, etc.).
- ___ Forçar a entrada num armazém, garagem, ou supermercado.
- ___ Pertencer a um grupo que arma confusões, se mete em brigas.

Anexo III - Questionário Sociodemográfico

No âmbito do Mestrado de Psicologia Clínica: Família e Intervenção Sistémica, desenvolver - se - à um trabalho de investigação sobre o funcionamento familiar.

Gostaríamos que colaborasse, respondendo aos instrumentos de recolha de dados que apresentamos de seguida. Todas as informações fornecidas são confidenciais. Por favor, preencha os instrumentos respondendo a todas as questões.

Data: ____/____/____

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Data de nascimento: ____/____/____ **Idade:** ____ anos

Estado Civil:

Solteiro ____ Casado ____ União de Facto ____ Divorciado/Separado ____ Viúvo ____

Profissão: _____

Situação Profissional: Trabalhador ____ Desempregado ____ Estudante ____ Doméstica ____
Pensionista ____

Habilitações Literárias: _____

Agregado Familiar

(Indique com quem vive):

GRAU DE PARENTESCO	IDADE	PROFISSÃO

Principais Problemas identificados pela família: _____

Recebe apoio económico: Sim ____ Não ____

Anexo IV - Pedido de Colaboração ao Consórcio - Projecto Trampolim

A/C

Exma. Coordenadora do Projecto Trampolim

Dr.^a Maria João Guerreiro

Face à solicitação quanto à garantia na supervisão do trabalho de investigação da Mestranda Joana Paiva Fernandes, em fase de elaboração de tese do Mestrado de Psicologia Clínica do Instituto Superior Miguel Torga, manifestada pelo Consórcio, associado ao Projecto Trampolim, enquanto orientadora do referido trabalho, venho sublinhar que a investigação em causa está a ser acompanhada, nas suas várias fases, de forma criteriosa.

A referida aluna encontra-se a realizar um estudo sobre as características das famílias com elementos com comportamentos anti-sociais, através da avaliação da percepção das dificuldades com que se deparam.

Para a concretização do estudo, é importante que as famílias respondam a algumas questões.

Os questionários serão entregues por escrito e as respostas dadas, também, por escrito – garantindo a confidencialidade dos dados. Cada questionário será identificado com uma letra do alfabeto, que corresponde à família e cada elemento da família terá um número. A informação recolhida será tratada através de procedimentos estatísticos, tal como previsto nas investigações de natureza experimental.

No caso dos jovens serem menores de 18 anos, será feito um pedido de autorização ao seu encarregado de educação, para que possa responder às questões. Os questionários, depois de preenchidos, serão colocados num envelope e fechados, de modo a garantir que apenas serão do conhecimento da investigadora.

Desta investigação espera obter-se um conjunto de resultados que contribuam para o desenvolvimento de conhecimento científico da problemática em causa, nomeadamente, da realidade dos contextos familiares estudados, o que terá implicações e contributos na melhoria nas estratégias de intervenção a adoptar.

Será disponibilizado ao Projecto Trampolim um exemplar do trabalho final.

De sublinhar a disponibilidade mostrada pelo Projecto Trampolim na colaboração deste trabalho, disponibilizando o acesso à população em causa, o que reconhecemos como uma atitude de colaboração para a melhoria do conhecimento científico, em áreas complexas como a que estamos a abordar.

Agradecendo desde já vossa a colaboração, encontro-me ao dispor para esclarecimentos adicionais que julguem necessários

A Orientadora

(Mestre Joana Maria Aleluia Gomes Sequeira)

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2009

Anexo V - Pedido de Colaboração - Famílias

Pedido de colaboração às famílias, para a realização de uma Tese de Mestrado

Eu, Joana Paiva Fernandes, aluna do Mestrado de Psicologia Clínica do Instituto Superior Miguel Torga, encontro-me a realizar um estudo sobre as características das famílias, focando-se na percepção das dificuldades com que se deparam.

Para a concretização do estudo, é importante que a sua a família responda a algumas questões.

Os questionários serão entregues por escrito e as suas respostas serão dadas, também, por escrito – garantindo a confidencialidade dos dados.

As perguntas devem ser respondidas por todas as pessoas da sua família, individualmente, com excepção das crianças até 12 anos.

No caso dos jovens serem menores de 18 anos, será feito um pedido de autorização ao seu encarregado de educação, para que possa responder às questões.

Em caso de analfabetismo, a investigadora disponibiliza-se para lhe ler as perguntas, num local reservado.

No final, as respostas serão entregues à investigadora que as irá colocar num envelope, de modo a garantir que apenas serão do seu conhecimento.

A investigadora garante que todas as respostas serão confidenciais e, uma vez que apenas serão usadas para dados estatísticos, também será garantido o anonimato das famílias.

Muito agradecida pela sua colaboração.

A Orientadora,

A Investigadora,

___/___/09

Anexo VI - Pedido de Autorização - Encarregados de Educação

Eu, _____ Encarregado de
Educação de _____ autorizo o
meu educando a responder às questões dadas pela investigadora Joana Paiva Fernandes, no
âmbito de um estudo.

___/___/09

(Encarregado de Educação)

Anexo VII - Resultados dos Comportamentos Anti-Sociais - Frequências

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Média	Desvio Padrão
Item 1⁴¹	35 (79,5%)	2 (4,5%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0,66	1,569
Item 2⁴²	27 (61,4%)	3 (6,8%)	2 (4,5%)	2 (4,5%)	0 (0%)	5 (11,4%)	2 (4,5%)	0 (0%)	1 (2,3%)	2 (4,5%)	1,73	2,731
Item 4⁴³	28 (63,6%)	3 (6,8%)	3 (6,8%)	3 (6,8%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0 (0%)	3 (6,8%)	1,57	2,748
Item 5⁴⁴	21 (47,7%)	6 (13,6%)	4 (9,1%)	3 (6,8%)	3 (6,8%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	2 (4,5%)	0 (0%)	2 (4,5%)	1,89	2,581
Item 9⁴⁵	28 (63,6%)	7 (15,9%)	2 (4,5%)	0 (0%)	3 (6,8%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (6,8%)	1,25	2,470
Item 10⁴⁶	25 (56,8%)	12 (27,3%)	3 (6,8%)	1 (2,3%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	91	1,723
Item 11⁴⁷	38 (86,4%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	3 (6,8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	48	1,548
Item 12⁴⁸	28 (63,6%)	5 (11,4%)	2 (4,5%)	3 (6,8%)	1 (2,3%)	3 (6,8%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1,20	2,141
Item 15⁴⁹	23 (52,3%)	7 (15,9%)	5 (11,4%)	3 (6,8%)	1 (2,3%)	3 (6,8%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	1,41	2,171
Item 18⁵⁰	38 (86,4%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0 (0%)	0 (0%)	52	1,649

⁴¹ Fazer brincadeiras maléficas com as pessoas, como empurrá-las para o chão ou tirar-lhes a cadeira quando se vão sentar

⁴² Sair sem permissão (do trabalho, de casa, ou da escola)

⁴³ Comer em locais proibidos

⁴⁴ Incomodar ou fazer barulho nas aulas, lugar público ou de trabalho

⁴⁵ Responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua)

⁴⁶ Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins

⁴⁷ Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos

⁴⁸ Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, trabalho, compromisso, etc)

⁴⁹ Dizer palavrões ou expressões grosseiras

⁵⁰ Entrar num local proibido (jardim privado, casa vazia, etc)

Item 21⁵¹	23 (52,3%)	7 (15,9%)	7 (15,9%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1,27	1,957
Item 24⁵²	26 (59,1%)	6 (13,6%)	2 (4,5%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	2 (4,5%)	2 (4,5%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (6,8%)	1,57	2,662
Item 26⁵³	34 (77,3%)	6 (13,6%)	1 (2,3%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,50	1,248
Item 28⁵⁴	21 (47,7%)	6 (13,6%)	5 (11,4%)	4 (9,1%)	1 (2,3%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	2 (4,5%)	0 (0%)	2 (4,5%)	1,82	2,545
Item 29⁵⁵	27 (61,4%)	5 (11,4%)	5 (11,4%)	0 (0%)	3 (6,8%)	2 (4,5%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1,18	2,015
Item 30⁵⁶	28 (63,6%)	5 (11,4%)	3 (6,8%)	3 (6,8%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1 (2,3%)	2 (4,5%)	1,30	2,445
Item 34⁵⁷	37 (84,1%)	2 (4,5%)	2 (4,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0,66	1,988
Item 35⁵⁸	38 (86,4%)	2 (4,5%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0,41	1,468
Item 37⁵⁹	25 (56,8%)	8 (18,2%)	6 (13,6%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1,07	1,860
Item 38⁶⁰	34 (77,3%)	4 (9,1%)	3 (6,8%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0,59	1,575

⁵¹ Colocar lixo no chão (quando há perto um caixote de lixo)

⁵² Apanhar frutas num jardim ou pomar alheio

⁵³ Quebrar ou mandar para o chão as coisas dos outros

⁵⁴ Chegar tarde ao trabalho, ou à escola

⁵⁵ Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa)

⁵⁶ Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas)

⁵⁷ Enganar (em provas, competição importante, etc)

⁵⁸ Sujar as ruas ou calçadas e partir garrafas ou virar os caixotes do lixo

⁵⁹ Tocar à campainha na casa de alguém e sair a correr

⁶⁰ Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas, etc)

Anexo VIII - Resultados dos Comportamentos Delinquentes - Frequências

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Média	Desvio Padrão
Item 3 ⁶¹	39 (88,6%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (4,5%)	3 (6,8%)	98	2,766
Item 6 ⁶²	42 (95,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0,30	1,472
Item 7 ⁶³	41 (93,2%)	2 (4,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,16	0,776
Item 8 ⁶⁴	37 (84,1%)	3 (6,8%)	2 (4,5%)	2 (4,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,30	0,765
Item 13 ⁶⁵	40 (90,0%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,23	0,803
Item 14 ⁶⁶	37 (84,1%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0,91	2,361
Item 16 ⁶⁷	42 (95,5%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,09	0,473
Item 17 ⁶⁸	42 (95,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0,32	1,491
Item 19 ⁶⁹	43 (97,7%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0,18	1,206
Item 20 ⁷⁰	37 (84,1%)	2 (4,5%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0,75	2,147
Item 22 ⁷¹	42 (95,5%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,09	0,473
Item 23 ⁷²	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,00	0,000
Item 25 ⁷³	41 (93,2%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,18	0,815
Item 27 ⁷⁴	40	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0,27	1,370

Pegar às escondidas uma bicicleta, carro ou moto de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir

⁶² Roubar roupas de um estendal ou objectos dos bolsos de uma roupa deixada por alguém

⁶³ Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas

⁶⁴ Destruir ou danificar coisas em lugares públicos

⁶⁵ Gastar frequentemente mais dinheiro no jogo do que pode

⁶⁶ Usar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário numa briga

⁶⁷ Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros, estando abertos

⁶⁸ Roubar objectos dos carros

⁶⁹ Entrar numa loja que está fechada, e roubar algo ou não

⁷⁰ Resistir ou brigar para fugir de um polícia

⁷¹ Entrar num apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planeado antes)

⁷² Planear entrar numa casa ou apartamento para roubar coisas de valor

⁷³ Pegar às escondidas a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela

	(90,0%)	(6,8%)	(0%)	(0%)	(0%)	(0%)	(0%)	(0%)	(0%)	(2,3%)		
Item 31 ⁷⁵	43 (97,7%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,07	0,452
Item 32 ⁷⁶	32 (95,5%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,11	0,618
Item 33 ⁷⁷	39 (88,6%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (4,5%)	0,59	2,027
Item 36 ⁷⁸	39 (88,6%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0 (0%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2,3%)	1 (2,3%)	0,55	1,886
Item 39 ⁷⁹	42 (95,5%)	2 (4,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0,05	0,211
Item 40 ⁸⁰	35 (79,5%)	3 (6,8%)	3 (6,8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (4,5%)	1 (2,3%)	0 (0%)	0,70	1,900

⁷⁴ Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerante, telefones públicos, etc

⁷⁵ Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou escola) num valor superior a 5 euros

⁷⁶ Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão a trabalhar

⁷⁷ Consumir drogas

⁷⁸ Entrar num bar proibido ou comprar bebidas proibidas (tendo em conta a idade)

⁷⁹ Forçar a entrada num armazém, garagem ou supermercado

⁸⁰ Pertencer a um grupo que arma confusões, se mete em brigas

